

# PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

## CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE (928175)

## OBJETO

*Contratação de empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com outorga válida em Classe Especial, para a prestação de serviços técnicos especializados de captação, geração, transmissão, gravação, pós-produção, edição e disponibilização audiovisual dos eventos legislativos e institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.*

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.852.240,20

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço global]

## MODO DE DISPUTA:

[aberto]

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. DO OBJETO .....  | 3  |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....   | 3  |
| 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....  | 5  |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....            | 5  |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....   | 7  |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 8  |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO .....  | 12 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....   | 14 |
| 9. DO TERMO DE CONTRATO .....   | 16 |
| 10. DOS RECURSOS .....  | 17 |
| 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....                               | 18 |
| 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                 | 20 |
| 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....  | 20 |

**EDITAL****CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE****[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 02/2026.**  
(Processo Administrativo de Compras nº 10/2026)

Torna-se público que o(a) Câmara Municipal de São Vicente, por meio do(a) Secretaria de Planejamento, Finanças e Gestão, sediado(a) Rua Jacob Emmerich, 1.195, na cidade de São Vicente/SP), realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 1 de 2024, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com outorga válida em Classe Especial, para a prestação de serviços técnicos especializados de captação, geração, transmissão, gravação, pós-produção, edição e disponibilização audiovisual dos eventos legislativos e institucionais da Câmara Municipal de São Vicente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1. A licitação será realizada em único item.

1.2. A Resolução Nº1/24 encontra-se disponível em sua íntegra no site eletrônico da Câmara Municipal de São Vicente, acesso através do link abaixo:

<https://sapl.saovicente.sp.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2024/3805/res1-24.pdf>

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015..

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 Quantidade cotada

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. Deverá enviar no momento de envio da proposta, declaração de ME/EPP, caso opte pelo direito de preferência.
- 5.9. Apresentar Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.13. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. A convocação dos licitantes para a sessão pública será realizada por meio eletrônico, mediante aviso no Portal Compras.gov.br, site da Câmara Municipal de São Vicente pelo endereço eletrônico: <https://www.saovicente.sp.leg.br/>, Boletim Oficial do Município de São Vicente e pelo Jornal Diário do Litoral.
- 6.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.19.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem,

o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro

6.19.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.20.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.20.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2 empresas brasileiras;

6.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou autenticado por servidor.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: [licitacao@saovicente.sp.leg.br](mailto:licitacao@saovicente.sp.leg.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de [05] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [05] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [05] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.



9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.8. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

### **Reajuste**

9.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/02/2026.

9.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.saovicente.sp.leg.br/>

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que

tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: [licitacao@saovicente.sp.leg.br](mailto:licitacao@saovicente.sp.leg.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.saovicente.sp.leg.br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I.1 – Mapa de Risco

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Local, data de assinatura.

**WAGNER SANTOS PINHEIRO**

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

(Processo Administrativo nº 132/2025)

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com outorga válida em Classe Especial, para a prestação de serviços técnicos especializados de captação, geração, transmissão, gravação, pós-produção, edição e disponibilização audiovisual dos eventos legislativos e institucionais da Câmara Municipal de São Vicente, nos termos deste Termo de Referência:

| Item | Especificação                | CAT<br>SER | Métrica ou<br>Unidade<br>de Medida | Quant<br>idade | Valor<br>Unitário     | Valor Total      |
|------|------------------------------|------------|------------------------------------|----------------|-----------------------|------------------|
| 1    | Radiodifusão<br>som e imagem | 20923      | Serviços<br>mensal                 | 12             | R\$<br>154.353<br>,35 | R\$ 1.852.240,20 |

1.1.1 A execução do objeto compreende, de forma integrada:

- I – a captação de áudio e vídeo dos eventos;
- II – a geração e operação técnica da transmissão;
- III – a transmissão ao vivo;
- IV – a gravação integral dos eventos;
- V – a pós-produção do material audiovisual, incluindo tratamento de áudio e vídeo;
- VI – a edição do conteúdo audiovisual, compreendendo cortes, ajustes técnicos, inserção de vinhetas, legendas, identificação institucional e demais adequações necessárias à sua veiculação;
- VII – a disponibilização posterior do conteúdo audiovisual nos canais institucionais definidos pela Administração.

1.1.2 A execução dos serviços abrange a cobertura das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, itinerantes, audiências públicas, reuniões e demais eventos institucionais formalmente convocados pela Câmara Municipal de São Vicente.

1.1.3 Para a adequada execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar, de forma contínua, infraestrutura técnica, equipamentos, sistemas e equipe especializada compatíveis com a complexidade e a demanda dos serviços.

1.1.4 A execução contratual será realizada de forma contínua, integrada e interdependente, considerando a natureza técnica dos serviços, cuja operação



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

depende da atuação simultânea e sincronizada dos sistemas de captação, processamento, edição e transmissão.

1.1.5 A aferição da execução dos serviços e a correspondente remuneração observarão os critérios objetivos de medição estabelecidos neste Termo de Referência, considerando a efetiva prestação dos serviços e a disponibilização da estrutura operacional necessária.

1.2. A adoção de solução integrada justifica-se pela interdependência técnica entre as etapas de captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual, as quais operam de forma simultânea e sincronizada durante a execução dos eventos.

1.2.1. Para os fins deste Termo de Referência, consideram-se eventos legislativos: sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, reuniões e demais eventos institucionais formalmente convocados pela Câmara Municipal.

1.3. A eventual fragmentação da contratação em múltiplos fornecedores comprometeria a responsabilidade técnica centralizada, aumentaria significativamente os riscos operacionais, dificultaria a gestão contratual e poderia gerar falhas na sincronização de áudio e vídeo, impactando diretamente a qualidade e a continuidade das transmissões.

1.4. Dessa forma, a contratação por solução única e integrada configura-se como medida necessária à mitigação de riscos, à garantia da eficiência operacional e à preservação do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. A definição dos critérios técnicos, operacionais e de aferição da execução contratual contou com a participação de profissional técnico designado pela Presidência da Câmara Municipal, devidamente qualificado nas áreas de comunicação e operação audiovisual.

1.4.1.1. A definição do percentual mínimo de execução contratual considerou a dinâmica real do calendário legislativo desta Casa, conforme previsto em seu Regimento Interno.

1.4.1.2. Verificou-se a existência de períodos de recesso parlamentar nos meses de janeiro e julho, nos quais há significativa redução das atividades legislativas, bem como redução parcial no mês de dezembro, em razão do encerramento antecipado do exercício legislativo.

1.4.1.3. Com base nessa distribuição, adotou-se a seguinte projeção de execução da capacidade operacional:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

I – 9 (nove) meses de alta demanda, com execução média estimada de 95%;

II – 2 (dois) meses de baixa demanda (recesso parlamentar), com execução média estimada de 70%;

III – 1 (um) mês de demanda intermediária (dezembro), com execução média estimada de 80%.

1.4.1.4. A média ponderada anual resultante é de aproximadamente 89,6% da capacidade total estimada, refletindo o comportamento não linear da demanda ao longo do exercício.

1.4.1.5. Diante disso, fixou-se o percentual mínimo de execução contratual em 85% (oitenta e cinco por cento), patamar inferior à média apurada, com o objetivo de incorporar margem técnica para variações operacionais, oscilações da demanda e eventos extraordinários, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a adequada prestação dos serviços.

1.4.2. Para tanto, foi designado o servidor Leonardo Ferreira, portador do Cartão de Registro Profissional nº 0093856/SP (Jornalista) e nº 0010071/SP (Sonoplasta, Operador de Som e Técnico de Som), cujas experiências profissionais são compatíveis com a natureza do objeto contratado.

1.4.3. A participação do referido profissional assegura a adequação técnica das especificações, dos critérios operacionais e dos parâmetros de execução estabelecidos neste Termo de Referência, em conformidade com a complexidade dos serviços a serem prestados.

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.6. O serviço é classificado como contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que sua execução é indispensável ao funcionamento regular das atividades legislativas da Câmara Municipal de São Vicente, compreendendo a *captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual* dos eventos legislativos e demais eventos institucionais de forma permanente, periódica e sucessiva, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

### **Prazo de vigência**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

1.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, observados os limites legais e mediante demonstração de vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado no âmbito do Processo de Compras nº 132/2025, o qual demonstrou a necessidade institucional da solução, bem como sua viabilidade técnica, econômica e operacional.

2.2. Registra-se, ainda, que o objeto da presente contratação não envolve a criação, planejamento, desenvolvimento ou veiculação de campanhas publicitárias, peças de propaganda institucional ou ações de marketing governamental, restringindo-se exclusivamente à prestação de serviços técnicos de captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual dos atos oficiais do Poder Legislativo.

2.3. O estudo contemplou a análise comparativa de alternativas, avaliação do custo total de propriedade (TCO), identificação e tratamento de riscos, bem como a compatibilidade da solução com o planejamento institucional, concluindo pela adoção de solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual como alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

2.4. A estimativa de preços considerou múltiplas metodologias complementares, incluindo contratações similares, dados de sistemas oficiais e análise regional, de forma a refletir a realidade do mercado e garantir maior robustez e confiabilidade ao valor estimado.

2.4.1. Considerando a complexidade e a natureza integrada da solução, as referências foram utilizadas como parâmetros comparativos, não havendo correspondência absoluta entre os objetos analisados e o objeto da presente contratação.

2.4.2. As variações identificadas decorrem das distintas formas de execução observadas no mercado (por evento, por minutagem ou por disponibilização contínua de infraestrutura), razão pela qual tais dados foram tratados de forma contextualizada.

2.4.3. A adoção combinada dessas metodologias visa mitigar distorções de mercado e assegurar maior aderência à realidade operacional da Administração, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

2.5. A solução adotada não restringe a competitividade, havendo no mercado regional e nacional empresas aptas à execução do objeto, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, especialmente no segmento de radiodifusão e produção audiovisual institucional.

2.6. Ressalta-se que a estimativa de preços reflete a natureza continuada da contratação, baseia-se na disponibilização contínua da infraestrutura técnica e da equipe especializada, observados os parâmetros mínimos de desempenho e execução estabelecidos neste Termo de Referência.

2.7. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual contínua das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, itinerantes, audiências públicas e demais eventos legislativos e institucionais da Câmara Municipal de São Vicente, garantindo a observância do princípio constitucional da publicidade (art. 37 da Constituição Federal), da transparência ativa e do acesso à informação.

2.8. A presente contratação encontra-se integralmente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu respectivo Anexo I, documentos que compõem o processo administrativo nº 132/2025 e que apresentam a análise das alternativas disponíveis no mercado, a justificativa da solução escolhida, a estimativa de quantitativos e a demonstração de viabilidade técnica e econômica da contratação.

2.9. A solução adotada está integralmente alinhada ao Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou, de forma fundamentada, que a contratação por disponibilização contínua de infraestrutura técnica representa a alternativa mais vantajosa, eficiente e economicamente adequada, afastando modelos baseados exclusivamente em remuneração por evento ou minutagem, os quais se mostraram menos eficientes para a realidade institucional da Câmara Municipal de São Vicente.

2.10. A atividade legislativa possui caráter permanente e periódico, com realização regular de sessões ordinárias semanais, além de eventos extraordinários, audiências públicas e sessões solenes, cuja transmissão constitui instrumento essencial de controle social e participação cidadã.

2.11. A solução integrada de transmissão audiovisual institucional ora pretendida visa garantir:

- I) Transparência integral das atividades parlamentares;
- II) Ampliação do alcance da comunicação institucional por meio de transmissão simultânea em TV aberta, TV por assinatura e plataformas digitais;
- III) Padronização técnica da qualidade de áudio e vídeo em padrão compatível com broadcast;
- IV) Continuidade operacional sem interrupções;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

V) Arquivamento digital sistemático das sessões para fins históricos, jurídicos e administrativos.

2.12. O quantitativo foi definido considerando:

2.12.1 Histórico de sessões legislativas;

2.12.2 Projeção de eventos futuros;

2.12.3 Necessidade de equipe técnica permanente;

2.12.4 Operação contínua da infraestrutura.

2.12.5 A definição do quantitativo estimado considerou o histórico institucional de atividades legislativas, bem como as projeções constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu Anexo I, os quais apresentam simulação comparativa entre modelos de contratação por minutagem e por disponibilização de infraestrutura permanente.

2.12.6 O dimensionamento operacional da solução observa os parâmetros referenciais constantes do item 7 do Estudo Técnico Preliminar e do respectivo Anexo I, os quais indicam a estimativa de eventos e minutagem anual utilizada para fins de definição da capacidade operacional necessária.

2.13. A solução contempla prestação mensal contínua, pois a infraestrutura e a equipe técnica permanecem mobilizadas independentemente da quantidade específica de eventos realizados em determinado mês.

2.14. O modelo mensal de contratação reflete a estrutura permanente necessária à execução do objeto e não apenas a contagem isolada de eventos. A análise realizada no Estudo Técnico Preliminar demonstrou que o modelo de remuneração mensal por disponibilização contínua de infraestrutura apresenta maior previsibilidade operacional, estabilidade técnica e melhor relação custo-benefício em comparação com modelos baseados exclusivamente na medição por evento ou por minutagem.

2.15. O objeto da presente contratação não se caracteriza como serviço de publicidade institucional, propaganda governamental ou veiculação de campanhas publicitárias, não se enquadrando nas disposições da Lei nº 12.232/2010.

2.16. Trata-se de contratação de serviços técnicos especializados de captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual institucional, executados de forma contínua, integrada e interdependente, nos termos do objeto definido neste Termo de Referência.

2.17. Os resultados esperados com a contratação são:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- 2.17.1 Ampliação do alcance da comunicação institucional;
- 2.17.2 Redução de riscos técnicos por fragmentação de fornecedores;
- 2.17.3 Padronização tecnológica;
- 2.17.4 Maior eficiência administrativa.
- 2.17.5 Garantia de transmissão estável e segura;
- 2.17.6 Atendimento às diretrizes de governança e transparência pública.

2.18. Os riscos inerentes à presente contratação foram identificados e analisados durante a fase preparatória, estando devidamente registrados no Estudo Técnico Preliminar – ETP e detalhados no Mapa de Gerenciamento de Riscos constante dos autos, elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2.19. A presente contratação constitui instrumento essencial para garantia da transparência, do controle social e da publicidade dos atos legislativos, não se tratando de faculdade administrativa, mas de obrigação institucional.

2.20. Registra-se, ainda, que a presente modelagem encontra respaldo no Ofício nº 024-A/2026 – Gabinete da Presidência, por meio do qual foi autorizada a programação institucional constante do Estudo Técnico Preliminar e reconhecida à relevância das medidas propostas para o fortalecimento das atividades institucionais e do exercício do controle externo.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução consiste na prestação continuada de serviços técnicos especializados de radiodifusão e produção audiovisual institucional, compreendendo ambiente integrado de captação, produção, sonorização e transmissão audiovisual.

3.2. A contratação contempla a disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipamentos profissionais, equipe especializada e operação contínua dos serviços, não se restringindo à mera veiculação de conteúdo, mas abrangendo toda a estrutura necessária ao funcionamento das transmissões institucionais ao longo do ciclo de vida do contrato.

3.3. A solução consiste na prestação integrada e contínua de serviços técnicos especializados de transmissão audiovisual institucional, compreendendo captação, produção, geração, transmissão, gravação, arquivamento e disponibilização



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

audiovisual das atividades legislativas da Câmara Municipal de São Vicente, abrangendo todo o ciclo de vida operacional da solução.

### **3.3.1. Componentes da Solução**

A solução compreende os seguintes componentes:

#### **3.3.1.1. Captação Audiovisual**

- a) Sistema multicâmera com qualidade FULL HD ou superior;
- b) Equipamentos de corte e direção ao vivo;
- c) Geração de caracteres e inserções gráficas;
- d) Captação de vídeo;
- e) Captação individual de áudio;

#### **3.3.1.2. Produção e Tratamento Técnico**

- a) Direção técnica das transmissões;
- b) Ajuste de áudio e imagem em tempo real;
- c) Pós-produção quando necessário;
- d) Inclusão de intérprete de libras;
- e) Padronização técnica do conteúdo;
- f) Equipe técnica compatível com a complexidade do objeto, composta por profissionais qualificados para execução das atividades de produção, operação técnica, tratamento audiovisual e acessibilidade, assegurando padrão técnico adequado e atendimento às exigências contratuais.

#### **3.3.1.3. Transmissão Multiplataforma**

- a) transmissão ao vivo dos eventos legislativos abrangidos pelo objeto;
- b) disponibilização posterior do conteúdo gravado;
- c) inserção em plataformas oficiais da Câmara, conforme modelo adotado.
- d) Transmissão ao vivo em TV aberta;
- e) Transmissão em TV por assinatura;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- f) Transmissão simultânea via streaming digital;
- g) Disponibilização de retornos de áudio e vídeo para público presente no plenário e 1 (um) *projektor de imagem*;
- h) Disponibilização do conteúdo gravado.

Justificativa técnica:

A transmissão simultânea em múltiplas plataformas justifica-se pela necessidade de ampliar o alcance social da publicidade dos atos legislativos, contemplando diferentes perfis de público, inclusive população com acesso limitado à internet e público idoso, assegurando maior efetividade ao princípio da publicidade e ao acesso à informação.

### 3.3.1.4. Gravação e Arquivamento Digital

- a) gravação integral dos eventos cobertos pelo objeto;
- b) preservação do conteúdo para consulta pública e uso institucional;
- c) disponibilização do material à Câmara no prazo contratual;
- d) Registro integral das sessões;
- e) Armazenamento digital seguro;
- f) Disponibilização para consulta pública;
- g) Backup e preservação histórica.

### 3.3.2. Ciclo de Vida da Solução

A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida:

#### 3.3.2.1. Implantação

- a) *Instalação e configuração dos equipamentos;*
- b) *Integração com infraestrutura existente;*

#### 3.3.2.2. Operação

- a) *Execução contínua das transmissões;*
- b) *Operação técnica durante todas as sessões;*

#### 3.3.2.3. Manutenção



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

a) Manutenção preventiva periódica;

b) Correção de falhas;

### **3.3.2.4. Monitoramento e Avaliação**

a) Acompanhamento pela fiscalização contratual;

b) Controle de qualidade;

c) Avaliação de desempenho.

### **3.3.2.5. Encerramento**

a) Entrega organizada do acervo digital;

b) Desmobilização assistida;

c) Transferência de dados institucionais.

### **3.3.3. Modelo de Prestação**

3.3.3.1. A solução será prestada de forma contínua, integrada e mensal, mediante disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipamentos especializados e equipe operacional necessária à captação, produção e transmissão audiovisual das atividades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.

3.3.3.2. O modelo de remuneração adotado decorre da análise comparativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu Anexo I, que demonstrou que a contratação por disponibilização permanente de infraestrutura técnica apresenta maior previsibilidade operacional, melhor controle da execução contratual e maior economicidade em comparação com modelos baseados exclusivamente na remuneração por evento ou por minutagem.

3.3.3.3. A remuneração contratual baseia-se na disponibilidade permanente dessa estrutura técnica, não estando vinculada exclusivamente à quantidade isolada de eventos realizados em determinado período.

3.3.3.4. O dimensionamento operacional da solução observa os parâmetros referenciais constantes do item 7 do Estudo Técnico Preliminar e do respectivo Anexo I, os quais indicam a estimativa de eventos e minutagem anual utilizada para fins de definição da capacidade operacional necessária.

3.3.3.5. A solução abrange a disponibilização contínua de infraestrutura técnica, equipe operacional e meios necessários à captação, geração, transmissão, gravação, edição e disponibilização audiovisual dos eventos legislativos e institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.

3.3.3.6. Os quantitativos de eventos e a minutagem estimada constantes do Estudo Técnico Preliminar possuem caráter exclusivamente referencial,





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

destinando-se ao dimensionamento da capacidade operacional da solução e ao acompanhamento da execução contratual.

3.3.3.7. A remuneração contratual permanece vinculada à disponibilização contínua e adequada da estrutura necessária à execução do objeto, observados os critérios de medição e desempenho previstos neste Termo de Referência.

3.3.4. Não integram o objeto a criação de campanhas publicitárias, peças promocionais, marketing institucional ou conteúdos de natureza comercial.

3.4. A execução do objeto compreende, como regra, a transmissão ao vivo dos eventos abrangidos, a gravação integral do conteúdo audiovisual e sua posterior disponibilização à Contratante e aos canais institucionais definidos pela Administração, observados os critérios técnicos e operacionais previstos neste Termo de Referência.

3.4.1. A eventual reexibição ou reprise de conteúdos gravados, quando adotada, terá natureza institucional, restrita ao acervo produzido no âmbito da execução contratual e aos parâmetros definidos pela Administração, não se confundindo com programação publicitária ou comercial.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratada deverá:

a) ser concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com outorga válida concedida pelo Poder Público Federal, Classe Especial;

PARÁGRFO ÚNICO: A exigência de outorga válida em Classe Especial decorre da necessidade de assegurar padrão técnico elevado, maior potência de transmissão, maior alcance territorial e cobertura integral do Município de São Vicente, constituindo requisito compatível com a natureza e a complexidade da solução contratada. Tal exigência visa garantir a adequada publicidade dos atos legislativos, inclusive para a parcela da população sem acesso regular à internet, bem como reduzir riscos operacionais que possam comprometer a estabilidade, a continuidade e a qualidade técnica do serviço.

b) estar regular perante os órgãos reguladores competentes;

c) possuir capacidade técnica compatível com serviços de radiodifusão em padrão profissional;

d) comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional restritos às parcelas de maior relevância técnica, compreendendo;

I – captação audiovisual de eventos institucionais;

II – operação técnica de sistemas de áudio e vídeo;

III – transmissão ao vivo de conteúdo audiovisual;

IV – gravação e disponibilização de conteúdo audiovisual institucional;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- e) dispor de infraestrutura técnica e equipe especializada apta à execução do objeto; e
- f) Cumprir os Requisitos abaixo relacionados.

### **Requisitos de Negócio:**

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1 Assegurar a ampla publicidade dos atos legislativos, garantindo a transmissão integral, contínua e acessível dos eventos legislativos e audiências públicas, em conformidade com o princípio constitucional da publicidade e com as normas de transparência ativa aplicáveis à Administração Pública;
- 4.1.2 Garantir a continuidade da transmissão audiovisual das atividades legislativas, sem interrupções injustificadas, assegurando disponibilidade técnica compatível com o calendário oficial das sessões e eventos institucionais;
- 4.1.3 Proporcionar alcance ampliado da comunicação institucional por meio de transmissão simultânea em televisão aberta, televisão por assinatura e plataformas digitais, visando atingir diferentes perfis de público e ampliar o acesso da população às atividades legislativas;
- 4.1.4 Assegurar padrão técnico adequado de áudio e vídeo compatível com transmissão broadcast, garantindo inteligibilidade das falas, estabilidade da imagem e qualidade compatível com registro oficial institucional; e
- 4.1.5 Minimizar riscos técnicos decorrentes da fragmentação de fornecedores, adotando solução integrada que assegure compatibilidade entre captação, sonorização, produção e transmissão.

### **Requisitos de Capacitação**

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica operacional na utilização da infraestrutura de captação, produção ou transmissão audiovisual, uma vez que a execução dos serviços será integralmente realizada por equipe técnica especializada da contratada.

4.3. Todavia, a contratada deverá fornecer orientação técnica inicial aos fiscais e gestores do contrato quanto aos procedimentos de solicitação de transmissões extraordinárias, acesso ao acervo digital das sessões gravadas e canais formais de suporte técnico.

### **Requisitos Legais**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.4. O presente processo de contratação deve observar a Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.527/2011, a Lei nº 13.709/2018, a Resolução nº 01/2024 da Câmara Municipal de São Vicente e demais normas aplicáveis;

### **Requisitos de Manutenção**

4.5. Devido às características da solução integrada de transmissão audiovisual institucional, há necessidade de realização de manutenções preventivas, corretivas e adaptativas pela Contratada, visando assegurar a continuidade operacional, a disponibilidade dos serviços e a qualidade técnica das transmissões;

4.5.1 A manutenção preventiva deverá ocorrer de forma periódica, abrangendo verificação, ajustes, limpeza técnica, atualização de firmware ou software quando aplicável, testes operacionais e demais procedimentos necessários à preservação da integridade e desempenho da infraestrutura de áudio, vídeo e transmissão;

4.5.2 A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que identificadas falhas técnicas, instabilidades ou degradação da qualidade do serviço, devendo a Contratada atuar de forma imediata durante os eventos legislativos e em prazo compatível com a criticidade do evento fora delas;

4.5.3 A manutenção adaptativa compreende ajustes necessários para compatibilização com atualizações tecnológicas, mudanças regulatórias, atualização de plataformas digitais ou alterações na infraestrutura da Câmara que impactem a execução do objeto;

4.5.4 A manutenção evolutiva poderá ser realizada mediante necessidade de aprimoramento técnico da solução, desde que não implique alteração substancial do objeto contratado e não gere custos adicionais sem prévia formalização contratual.

### **Requisitos Temporais**

4.6. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço (OS) ou da assinatura do contrato, o que ocorrer por último;

4.6.1. Durante esse período, deverão ser realizadas:

- I – Instalação e configuração dos equipamentos necessários;
- II – Integração com a infraestrutura existente da Câmara;
- III – Testes operacionais de áudio e vídeo;
- IV – Ajustes técnicos para transmissão multiplataforma;
- V – Validação conjunta com a fiscalização contratual.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.6.2. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por igual período, mediante justificativa formal da Contratada e autorização expressa da Contratante.

4.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.9. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

| <b>Atividade, Tarefa ou Serviço</b> | <b>Prazo máximo de início de atendimento</b>   | <b>Prazo máximo de solução de problema</b>   |
|-------------------------------------|--|--|
| Atendimento durante Sessões         | A presença da equipe técnica deverá ocorrer com antecedência mínima de 1 (uma) hora do início dos <i>eventos legislativos</i> ou eventos institucionais. | <b>Imediato</b> , com atuação em tempo real. |
| Correção de Falhas Durante Sessões  | Falhas técnicas identificadas durante a realização das sessões deverão ser corrigidas imediatamente, com atuação da equipe técnica em tempo real         | Até 30 minutos durante a sessão.             |
| Correção de Falhas Fora de Sessão   | Ocorrências técnicas identificadas fora do período das sessões deverão ser solucionadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.                    | Até 24 horas corridas.                       |
| Disponibilização do Arquivo Digital | O conteúdo gravado deverá ser disponibilizado à Câmara no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da sessão.                       | Até 72 horas corridas.                       |

**4.9.1** Para fins de manutenção e suporte técnico, os incidentes serão classificados conforme sua criticidade, devendo a Contratada observar os seguintes prazos máximos de solução:

**4.9.1.1.** Incidentes Críticos (interrupção total da transmissão durante sessão): restabelecimento imediato, no prazo máximo de 15 (quinze) minutos;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.9.1.2. Incidentes de Alta criticidade (comprometimento parcial durante sessão): solução no prazo máximo de 30 (trinta) minutos;

4.9.1.3. Incidentes de Média criticidade (fora do período de sessão): solução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.9.1.4. Incidentes de Baixa criticidade: solução no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.10. A solução deverá atender aos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Segurança da Informação da Câmara Municipal de São Vicente, bem como observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), no que couber, assegurando a integridade, disponibilidade e autenticidade das informações tratadas no âmbito da execução contratual.

4.10.1 A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações institucionais contra acessos não autorizados, vazamentos, adulterações ou qualquer forma de tratamento inadequado, incluindo.

4.10.1.1. Controle de acesso restrito aos ambientes e equipamentos utilizados na transmissão;

4.10.1.2. Backup periódico dos arquivos digitais das sessões;

4.10.1.3. Garantia de integridade dos registros audiovisuais armazenados;

4.10.1.4. Utilização de conexões seguras para transmissão digital quando aplicável.

4.10.2 Considerando que as transmissões legislativas são atos públicos, o tratamento de dados pessoais eventualmente captados no contexto das sessões observará a finalidade pública e o interesse legítimo da Administração, nos termos da legislação aplicável.

4.10.2.1. A Contratada compromete-se a não utilizar, reproduzir, compartilhar ou armazenar imagens ou dados captados para finalidade diversa da execução contratual;

4.10.2.2. É vedado à Contratada utilizar o conteúdo audiovisual produzido para fins comerciais ou promocionais sem autorização formal da Contratante.

4.10.3 A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer incidente de segurança que possa comprometer a integridade das transmissões, o acervo digital ou as informações institucionais.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.10.3.1. A comunicação deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ciência do incidente.

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.11. Os serviços deverão observar diretrizes sociais, ambientais e culturais compatíveis com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

#### **4.11.1 A Contratada deverá:**

4.11.1.1. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho;

4.11.1.2. Promover ambiente de trabalho livre de discriminação, assédio ou qualquer forma de violação de direitos;

4.11.1.3. Sempre que possível, priorizar a contratação de mão de obra local, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Município.

#### **4.11.2 A Contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo:**

4.11.2.1. Uso racional de energia elétrica durante a operação dos equipamentos;

4.11.2.2. Destinação ambientalmente adequada de resíduos eletrônicos eventualmente substituídos;

4.11.2.3. Preferência por equipamentos com maior eficiência energética, quando tecnicamente viável;

4.11.2.4. Redução de uso de materiais descartáveis na execução do serviço.

#### **4.11.3 A solução deverá contribuir para a valorização institucional e cultural do Poder Legislativo Municipal, garantindo:**

4.11.3.1. Preservação do acervo audiovisual das sessões como patrimônio histórico institucional;

4.11.3.2. Tratamento respeitoso da identidade visual oficial da Câmara Municipal;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.11.3.3. Observância de diretrizes de acessibilidade digital, sempre que tecnicamente viável, tais como qualidade de áudio adequada e possibilidade de integração futura com recursos de acessibilidade.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.13. A adoção de tecnologia, arquitetura, equipamentos ou soluções técnicas diversas daquelas apresentadas na proposta vencedora e aprovadas pela Contratante deverá ser previamente submetida à análise e autorização formal da fiscalização contratual.

4.13.1 Eventual substituição tecnológica somente poderá ocorrer quando:

4.13.1.1. Representar melhoria comprovada de desempenho, segurança ou eficiência;

4.13.1.2. Não implicar redução da qualidade técnica contratada;

4.13.1.3. Não gerar custos adicionais à Contratante, salvo formalização de termo aditivo;

4.13.1.4. Não comprometer a compatibilidade com a infraestrutura existente;

4.13.1.5. Estiver devidamente justificada por documento técnico apresentado pela Contratada.

### **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir, assegurando a correta integração da solução à infraestrutura existente da Câmara Municipal de São Vicente, bem como a estabilidade técnica necessária à execução contínua do objeto.

4.14.1 A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, Plano de Implantação contendo:

4.14.1.1. Descrição da arquitetura técnica proposta;

4.14.1.2. Relação dos equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados;

4.14.1.3. Indicação da equipe técnica responsável;

4.14.1.4. Procedimentos de testes e validação.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.14.2 A solução deverá ser compatível e integrada à infraestrutura física e tecnológica já existente no plenário da Câmara, incluindo rede elétrica, estrutura física, cabeamento e demais instalações, não podendo causar prejuízos ou interferências indevidas.

4.14.3 Antes do início efetivo da prestação regular dos serviços, deverão ser realizados testes operacionais completos, incluindo:

4.14.3.1. Teste de captação de áudio;

4.14.3.2. Teste de captação de imagem;

4.14.3.3. Teste de transmissão simultânea nas plataformas previstas;

4.14.3.4. Teste de gravação e arquivamento;

4.14.3.5. Simulação de contingência.

4.14.4 A implantação somente será considerada concluída após validação formal pela fiscalização contratual, mediante verificação do atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.14.5 A Contratada deverá manter plano de contingência para falhas críticas, contemplando redundância mínima de equipamentos e procedimentos para rápida recuperação da transmissão.

### **Requisitos de Implantação**

4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.15.1 A Contratada será responsável pela instalação completa dos equipamentos necessários à execução do objeto, incluindo sistemas de captação de áudio e vídeo, equipamentos de transmissão, cabeamento complementar, dispositivos de processamento e demais componentes técnicos indispensáveis à solução;

4.15.2 A implantação deverá respeitar as condições estruturais do plenário e demais dependências da Câmara, garantindo compatibilidade com a rede elétrica, lógica e estrutura física existente, sem causar danos ao patrimônio público;

4.15.3 A Contratada deverá realizar a configuração técnica dos equipamentos e sua integração com as plataformas de transmissão previstas (TV aberta, TV por assinatura e streaming), assegurando sincronização adequada entre áudio, vídeo e geração de conteúdo digital;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.15.4 Antes do início da operação regular, deverá ser realizada sessão teste ou operação assistida, com acompanhamento da fiscalização contratual, para verificação do pleno funcionamento da solução;

4.15.5 A implantação deverá contemplar recursos mínimos de contingência, tais como equipamentos reserva ou procedimentos alternativos de transmissão, visando mitigar riscos de interrupção durante os eventos legislativos;

4.15.6 Todas as despesas relativas à instalação, transporte, configuração e testes correrão por conta da Contratada, não sendo devido qualquer pagamento adicional à Contratante.

### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.17. O prazo de garantia contratual dos serviços abrangerá toda a vigência do contrato, sendo complementar à garantia legal prevista na legislação aplicável.

**4.17.1.** A garantia compreenderá a obrigação da Contratada de assegurar a adequada qualidade técnica da captação, produção, sonorização, transmissão e arquivamento audiovisual, bem como a pronta correção de falhas identificadas;

**4.17.2.** Durante a vigência contratual, quaisquer vícios, defeitos ou falhas técnicas decorrentes da execução inadequada dos serviços deverão ser corrigidos sem ônus adicional para a Contratante;

**4.17.3.** A garantia inclui a manutenção preventiva, corretiva e adaptativa dos equipamentos e sistemas utilizados na execução do objeto;

**4.17.4.** O encerramento do contrato não exime a Contratada da responsabilidade por falhas comprovadamente ocorridas durante sua vigência.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.18. Os serviços de captação audiovisual, sonorização, operação técnica, transmissão e suporte deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, com experiência compatível com a complexidade da solução contratada, dispondo dos recursos técnicos e instrumentais necessários à adequada prestação dos serviços.

4.18.1. A Contratada deverá manter equipe técnica composta por profissionais com experiência comprovada em atividades compatíveis com o objeto, especialmente:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.18.1.1. Jornalismo;

4.18.1.2. Interprete de libras;

4.18.1.3. Operação de equipamentos de captação multicâmera e direção técnica de transmissão ao vivo;

4.18.1.4. Tratamento e sincronização de áudio e vídeo.

4.18.2. A Contratada deverá indicar responsável técnico pela execução do contrato, cuja qualificação será comprovada mediante apresentação de documentação apta a demonstrar experiência anterior compatível com serviços de produção e transmissão audiovisual institucional, em características, quantidades e complexidade compatíveis com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

4.19. A substituição de membros da equipe técnica deverá ser previamente comunicada à Contratante, assegurando-se que os substitutos possuam qualificação equivalente ou superior à do profissional originalmente indicado.

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.20. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.21. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.22. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **24** horas por dia e **7** dias por semana de maneira eletrônica e **24** horas por dia e **7** dias por semana por via telefônica.

4.23. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.24. Todas as ocorrências técnicas relevantes deverão ser registradas formalmente pela Contratada, contendo:

4.24.1. Descrição do incidente;

4.24.2. Horário de ocorrência;

4.24.3. Medidas adotadas;

4.24.4. Tempo de solução;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

### **4.24.5. Eventuais impactos na transmissão.**

4.25. Os registros deverão ser disponibilizados à fiscalização sempre que solicitados.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.26. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos neste Termo de Referência, bem como as diretrizes da Política de Segurança da Informação da Câmara Municipal de São Vicente e as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), no que couber.

4.27. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.27.1. A integridade do sinal audiovisual transmitido;

4.27.2. A proteção contra alteração, manipulação ou interrupção indevida do conteúdo;

4.27.3. A autenticidade do material gravado;

4.27.4. A preservação fiel do registro audiovisual dos eventos legislativos.

4.28. O acesso aos equipamentos, sistemas e arquivos digitais utilizados na execução contratual deverá ser restrito aos profissionais autorizados pela Contratada, vedado o acesso por terceiros não credenciados.

4.29. Os arquivos digitais gerados deverão ser armazenados de forma segura, com mecanismos mínimos de proteção contra perda, exclusão acidental ou acesso indevido, devendo ser mantido backup compatível com a criticidade do serviço.

4.30. Qualquer incidente de segurança que possa comprometer a transmissão, o armazenamento ou a integridade dos dados deverá ser comunicado à Contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua identificação.

4.31. É vedada a utilização, reprodução, compartilhamento ou comercialização do conteúdo audiovisual produzido no âmbito deste contrato para finalidade diversa da execução contratual, salvo autorização expressa da Contratante.

4.32. Considerando que os eventos legislativos possuem caráter público, o tratamento de dados pessoais eventualmente captados será realizado com fundamento na execução de políticas públicas e no cumprimento de obrigação legal, devendo o Contratado limitar-se à finalidade institucional da transmissão.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

### **Vistoria**

4.33. A realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços é facultativa, podendo o interessado realizá-la mediante agendamento prévio junto à Câmara Municipal de São Vicente.

4.33.1. A não realização de vistoria não poderá ser invocada como motivo para descumprimento das obrigações contratuais ou para alegação de desconhecimento das condições do local.

4.33.2. Ao apresentar proposta, o licitante declara que tem pleno conhecimento das condições de execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela adequada prestação dos serviços.

### **Outros Requisitos Aplicáveis**

4.34. A Contratada deverá observar integralmente a legislação aplicável à radiodifusão e às transmissões audiovisuais, responsabilizando-se pelo cumprimento das exigências técnicas e regulatórias pertinentes, quando aplicável, no âmbito da execução contratual.

4.35. A interrupção injustificada da transmissão dos eventos legislativos será considerada falha grave, sujeitando a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato;

4.36. Ao término da vigência contratual, a Contratada deverá garantir a entrega organizada do acervo digital produzido, bem como prestar suporte técnico mínimo necessário para a transição operacional, assegurando a continuidade do serviço sem prejuízo à publicidade das atividades legislativas;

4.37. É vedada a inserção de marcas comerciais ou publicidade durante a transmissão dos eventos legislativos.

### **Sustentabilidade**

4.38. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.38.1. Observância aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14133/2021;

4.38.2. Utilização de equipamentos e soluções tecnológicas que priorizem eficiência energética e consumo racional de energia elétrica, sempre que tecnicamente viável, sem prejuízo da qualidade técnica exigida para a transmissão;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.38.3. É vedada a inserção de marcas comerciais ou publicidade durante a transmissão dos eventos legislativos; e

4.38.4. Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo:

4.38.4.1. Redução de uso de materiais descartáveis;

4.38.4.2. Preferência por soluções digitais em substituição a mídias físicas;

4.38.4.3. Organização adequada de cabeamento e infraestrutura, evitando desperdícios e retrabalho;

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.39. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo os equipamentos e soluções adotados atender exclusivamente às especificações técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.40. Não há vedação prévia de marcas ou fabricantes específicos, desde que os produtos e soluções utilizados atendam integralmente aos requisitos técnicos, de qualidade e desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.41. Não será exigida carta de solidariedade de fabricante, uma vez que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços integrados de captação, produção e transmissão audiovisual, sendo a responsabilidade pela execução contratual integralmente atribuída à Contratada, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

### **Subcontratação**

4.42. É vedada a subcontratação integral **e completa** do objeto contratual, bem como da parcela principal correspondente à coordenação, operação técnica e responsabilidade pela captação e produção audiovisual dos eventos legislativos.

4.43. Poderá ser admitida a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, tais como apoio logístico, fornecimento pontual de equipamentos ou serviços auxiliares, desde que:

4.43.1. Não comprometa a unidade e a integração da solução;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- 4.43.2. Seja previamente autorizada pela Contratante;
  - 4.43.3. Não implique transferência da responsabilidade técnica e contratual; e
  - 4.43.4. O subcontratado atenda às condições de regularidade fiscal e trabalhista.
- 4.44. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- 4.44.1. Fornecimento eventual ou locação pontual de equipamentos complementares, desde que não componham a infraestrutura principal de captação e transmissão dos eventos legislativos;
  - 4.44.2. Serviços auxiliares de apoio logístico, transporte e montagem técnica eventual para eventos extraordinários fora do plenário;
  - 4.44.3. Serviços especializados acessórios, tais como manutenção específica de equipamentos ou suporte técnico pontual, quando não comprometerem a coordenação, a operação técnica e a responsabilidade integral da Contratada;
- 4.45. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.46. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.47. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Da exigência de amostra**

- 4.48. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para realizar demonstração técnica operacional da solução ofertada, com o objetivo de comprovar o atendimento integral aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.48.1. A demonstração poderá consistir em apresentação prática de transmissão simulada, exibição de portfólio técnico, comprovação da estrutura operacional e detalhamento dos equipamentos e fluxos de trabalho.

4.48.2. A data, local e horário da demonstração serão divulgados por meio do sistema eletrônico, sendo facultada a presença dos demais licitantes interessados.

4.48.3. A avaliação observará critérios objetivos previamente definidos no edital, vedada qualquer análise subjetiva ou discricionária não fundamentada em requisitos técnicos expressamente previstos.

### **Garantia da contratação**

4.49. Será exigida a garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação, com validade durante toda a execução contratual e por 90 (noventa) dias após o término de sua vigência.

4.50. O Contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades:

4.50.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

4.50.2. Seguro-garantia;

4.50.3. Fiança bancária;

4.50.4. Título de capitalização, nos termos da legislação vigente.

4.51. A Contratada deverá garantir suporte técnico presencial no Município de São Vicente sempre que solicitado, no prazo máximo de até 2 (duas) horas para ocorrências durante eventos legislativos, independentemente da localização de sua sede.

4.52. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:

4.52.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

4.52.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;

4.52.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.52.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

4.52.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.53. Caso seja a garantia em dinheiro à modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.54. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.55. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.56. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal:

4.56.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.57. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.57.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.57.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

4.57.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.58. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.59. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.60. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.61. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.62. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

4.62.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

4.62.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.63. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

4.63.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- 4.63.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.64. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.65. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.66. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.67. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 4.68. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4.68.1. Realização média de 4 (quatro) eventos legislativos ordinárias por mês;
  - 4.68.2. Necessidade de transmissão simultânea em TV aberta, TV por assinatura, streaming digital e redes sociais institucionais;
  - 4.68.3. Operação técnica permanente no plenário da Câmara Municipal; e
  - 4.68.4. Exigência de padrão técnico compatível com radiodifusão profissional.

### **Outros Requisitos Aplicáveis**

#### **4.69. Gestão de Riscos da Contratação**

- 4.69.1. A análise de riscos da presente contratação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da legislação aplicável e da Resolução nº 01/2024 da Câmara Municipal de São Vicente.
- 4.69.2. A análise de riscos identifica os principais eventos que podem impactar a execução contratual, bem como as respectivas medidas de mitigação e os responsáveis pelo monitoramento e tratamento dos riscos, constituindo instrumento de apoio à gestão e fiscalização do contrato.
- 4.69.3. Os riscos associados à execução contratual foram previamente identificados e analisados no Mapa de Gerenciamento de Riscos constante do processo administrativo, elaborado em conformidade com a Lei nº



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

14.133/2021 e com a Resolução nº 01/2024 da Câmara Municipal de São Vicente.

4.69.4. A execução contratual observará, de forma integrada, os riscos identificados no Mapa de Gerenciamento de Riscos, devendo a fiscalização acompanhar continuamente a ocorrência de eventos de risco, especialmente aqueles relacionados à descontinuidade da transmissão, falhas técnicas e indisponibilidade da infraestrutura.

4.69.5. A materialização de riscos classificados como relevantes poderá ensejar a adoção imediata das medidas de contingência previstas no Mapa de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo da aplicação das medidas contratuais e administrativas cabíveis, observada a gravidade do caso concreto.

4.69.6. A contratada deverá manter mecanismos ativos de prevenção de riscos operacionais, incluindo redundância mínima de equipamentos, plano de contingência atualizado e equipe técnica apta à atuação imediata em situações críticas.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução contratada;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos sobre o conteúdo audiovisual produzido no âmbito da execução contratual pertençam à Administração, incluindo registros, arquivos digitais e materiais institucionais.

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO:**

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para **execução do objeto contratual**;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da **solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual** durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder à Administração os direitos de uso, reprodução, armazenamento, disponibilização e arquivamento do conteúdo audiovisual produzido no âmbito da execução contratual, incluindo gravações dos **eventos legislativos**, audiências públicas e eventos institucionais, para fins de transparência, memória institucional e acesso público, vedada sua utilização para finalidades comerciais sem autorização da Contratante.

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

***Divisão de Comunicação***

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A natureza contínua do serviço decorre da necessidade permanente de garantir a publicidade dos atos legislativos, sendo inviável a interrupção ou descontinuidade da infraestrutura técnica sem prejuízo direto à transparência pública e ao funcionamento institucional.

#### **Condições de execução**

##### **6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

6.1.1. A execução do objeto ocorrerá em regime continuado, baseia-se na disponibilização contínua da infraestrutura técnica e da equipe especializada, observados os parâmetros mínimos de desempenho e execução estabelecidos neste Termo de Referência, não se limitando à quantidade de eventos realizados, mas à capacidade contínua de atendimento às demandas da Câmara Municipal.

6.1.2. Início da execução do objeto: 10 dias corridos contados da assinatura do contrato, período no qual a Contratada deverá realizar a instalação, configuração, testes técnicos e validação operacional da solução.

##### **6.1.3. A execução compreenderá, no mínimo:**

6.1.3.1. Para fins de planejamento da execução contratual, foram consideradas as projeções institucionais constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP do Processo nº 132/2025, incluindo estimativas de sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas e demais eventos institucionais.

6.1.3.2. Operação técnica integral das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, itinerantes, audiências públicas e demais eventos legislativos e institucionais abrangidos pelo objeto;

6.1.3.3. Captação de áudio e vídeo com padrão profissional broadcast;

6.1.3.4. Transmissão simultânea em:

- a) *TV aberta;*
- b) *TV por assinatura;*
- c) *plataformas digitais;*
- d) *redes sociais institucionais; e*
- e) *Disponibilidade de 4 (quatro) retornos de áudio e 4 (quatro) de monitores de vídeo para o público presente.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- 6.1.3.5. Gravação integral das sessões em mídia digital;
  - 6.1.3.6. Arquivamento organizado do conteúdo audiovisual;
  - 6.1.3.7. Pós-produção e edição do conteúdo audiovisual, incluindo tratamento de áudio e vídeo, cortes, ajustes técnicos e adequações necessárias à sua veiculação institucional;
  - 6.1.3.8. Suporte técnico contínuo durante as sessões; e
  - 6.1.3.9. Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos disponibilizados.
- 6.1.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma continuada, observando:
- 6.1.4.1. Sessões ordinárias: conforme calendário legislativo anual;
  - 6.1.4.2. Sessões extraordinárias e solenes: conforme convocação institucional;
  - 6.1.4.3. Audiências públicas: conforme convocação institucional; e
  - 6.1.4.4. Eventos extraordinários: mediante Ordem de Serviço específica;
  - 6.1.4.5. O planejamento semanal ora indicado constitui diretriz operacional de referência para organização da grade institucional, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração, sem descaracterizar a natureza contínua da prestação do serviço:
    - a) terças-feiras, das 19h às 21h: realização de audiências públicas;
    - b) quartas-feiras, das 14h às 18h: realização de sessões ordinárias;
    - c) quintas-feiras, das 19h às 21h: realização de sessões solenes;
  - 6.1.4.6. Poderão, ainda, ser realizadas:
    - a) atividades da Escola do Legislativo às segundas-feiras, das 19h às 21h;
    - b) sessões solenes e eventos institucionais às sextas-feiras, das 19h às 21h;
- 6.1.5. Local e horário da prestação dos serviços
- 6.1.5.1. Os serviços serão prestados, em sua maioria, nas dependências da Câmara Municipal de São Vicente, especialmente no plenário oficial, podendo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

incluir locais externos quando da realização de sessões itinerantes ou eventos institucionais.

6.1.5.2. Todos os funcionários da Contratada deverão estar à disposição, ou seja, no local da prestação dos serviços, na SEDE da Câmara Municipal de São Vicente, com antecedência mínima de 1 hora.

6.1.5.3. Os serviços serão prestados conforme o calendário legislativo, abrangendo:

6.1.5.3.1. Sessões ordinárias em dias úteis;

6.1.5.3.2. Sessões extraordinárias convocadas;

6.1.5.3.3. Eventos solenes e audiências públicas;

6.1.5.3.4. Demais Eventos: mediante Ordem de Serviço específica.

### **Rotinas a serem cumpridas**

6.1.6. A execução contratual observará, no mínimo, as seguintes rotinas:

6.1.6.1. Teste prévio de equipamentos antes de cada sessão;

6.1.6.2. Checagem de integridade de áudio e vídeo;

6.1.6.3. Monitoramento da transmissão em tempo real;

6.1.6.4. Backup simultâneo da gravação;

6.1.6.5. Disponibilização do conteúdo digital no prazo máximo de 24 horas após o término da sessão.

### **Materiais a serem disponibilizados**

6.2. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.2.1. 4 (quatro) câmeras profissionais compatíveis com padrão broadcast, com interligação por interface SDI ou tecnologia equivalente de desempenho igual ou superior;

6.2.2. Mesa de corte e direção de imagem;

6.2.3. Iluminação adequada ao padrão broadcast;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- 6.2.4. Sistema de captação e mixagem de áudio, suficiente para todos os vereadores individualmente, como também ao púlpito;
- 6.2.5. Equipamentos de transmissão compatíveis com padrão broadcast;
- 6.2.6. Sistema de gravação e arquivamento digital;
- 6.2.7. Sistema de retorno de áudio e vídeo, compostos por no mínimo 4 (quatro) retornos de cada e 1 (um) projetor de imagem;
- 6.2.8. Cabeamento, tripés, suportes e adequações técnicas necessárias à padronização do conteúdo para veiculação institucional; e
- 6.2.9. Equipe técnica qualificada para operação integral.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 6.3.1. Média de 4 (quatro) sessões ordinárias mensais;
- 6.3.2. Realização de sessões extraordinárias conforme necessidade institucional;
- 6.3.3. Realização de audiências públicas e eventos solenes;
- 6.3.4. Transmissão simultânea multiplataforma; e
- 6.3.5. Necessidade de operação técnica permanente no plenário.

### **Formas de transferência de conhecimento**

6.4. Ao término do contrato, a Contratada deverá:

- 6.4.1. Entregar à Contratante todo o acervo audiovisual produzido;
- 6.4.2. Fornecer relatório técnico da infraestrutura instalada; e
- 6.4.3. Prestar suporte técnico por até 30 dias para transição operacional.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.5. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- 6.5.1. Será realizado inventário dos arquivos digitais;
- 6.5.2. Será verificada a integridade dos registros; e





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

6.5.3. Será lavrado termo de encerramento.

### **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.6. Cada Ordem de Serviço especificará:

6.6.1. Tipo de sessão ou evento;

6.6.2. Data e horário; e

6.6.3. Demandas técnicas específicas.

6.7. As Ordens de Serviço terão caráter exclusivamente organizacional e de planejamento operacional, não constituindo critério de remuneração por evento individualizado, considerando que o modelo de contratação se baseia na disponibilização contínua de infraestrutura técnica e operacional, com pagamento mensal aferido por indicadores de desempenho e qualidade.

6.8. Os parâmetros de quantitativos de eventos e de minutagem possuem caráter referencial e operacional, sendo utilizados para o planejamento, dimensionamento da solução e aferição da execução contratual, em conjunto com os demais critérios de desempenho previstos neste Termo de Referência.

6.8.1. O percentual mínimo de execução contratual estabelecido fundamenta-se na justificativa técnica constante do item 1.4.1 deste Termo de Referência.

### **Mecanismos formais de comunicação**

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1. Considerando a natureza institucional das transmissões legislativas, a contratada deverá manter disponibilidade técnica compatível com a realização das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

**sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, sessões solenes e demais eventos oficiais que demandem transmissão audiovisual.**

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

**7.6. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto a realização dos eventos legislativos, audiências públicas e eventos oficiais que envolvam transmissão, devendo estar presencialmente no local da execução sempre que houver operação técnica.**

**7.6.1. Fora dos horários de sessão, o preposto deverá manter disponibilidade remota permanente para atendimento às demandas da Contratante.**

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

**7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada reunião inicial de alinhamento, com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, bem como esclarecer dúvidas relativas à execução dos serviços.**

**7.9. A reunião será realizada no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da Administração, com a finalidade de alinhamento operacional e definição dos fluxos de execução e fiscalização contratual.**

**7.10. A pauta desta reunião observará, no mínimo:**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Apresentação dos documentos de designação do preposto e demais documentos operacionais necessários à execução do contrato;

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A carta de apresentação do preposto deverá conter, no mínimo, nome completo e CPF do profissional designado para acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à Contratante;

7.10.5. Apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica e operacional da contratada, quando aplicável, conforme exigido neste Termo de Referência.

### **Rotinas de Fiscalização**

7.11. A gestão e fiscalização do contrato observarão o princípio da segregação de funções, com designação de gestor do contrato, fiscal técnico e fiscal administrativo, nos termos da legislação vigente, evitando a concentração de atribuições e garantindo maior controle e transparência na execução contratual.

7.11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, que registrará(ão) todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

7.11.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### **Fiscalização Técnica**

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. Verificar previamente à realização dos eventos legislativos a regularidade do funcionamento dos equipamentos de áudio, vídeo e transmissão, incluindo testes de captação, mixagem, gravação e envio do sinal às plataformas de veiculação;

7.18.2. Acompanhar em tempo real a qualidade da transmissão, observando estabilidade do sinal, sincronização de áudio e vídeo, ausência de interrupções injustificadas e conformidade com os padrões técnicos exigidos, esse acompanhamento de dará através de 1 (uma) TV fornecida pela Contratada para tal fim; e

7.18.3. Verificar a gravação integral das sessões, o correto arquivamento digital do conteúdo e a disponibilização pública do material no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

7.20. Cabe ao fiscal administrativo do contrato:

7.20.1. Acompanhar a execução contratual quanto aos aspectos administrativos, financeiros e documentais, verificando o cumprimento das obrigações legais e contratuais por parte da contratada;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

7.20.2. Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, especialmente para fins de liquidação da despesa e pagamento, conforme exigido na Lei nº 14.133/2021;

7.20.3. Conferir a documentação apresentada para pagamento, incluindo notas fiscais, relatórios de execução e demais documentos exigidos contratualmente;

7.20.4. Controlar os prazos contratuais, incluindo vigência, prorrogações, reajustes e demais eventos administrativos relacionados à execução do contrato;

7.20.5. Registrar em sistema próprio ou nos autos do processo todas as ocorrências administrativas relevantes, garantindo a rastreabilidade das informações;

7.20.6. Comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades, inconsistências documentais ou descumprimentos contratuais identificados;

7.20.7. Auxiliar na instrução processual para aplicação de sanções administrativas, quando necessário, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

7.20.8. Zelar pela correta instrução dos processos de pagamento, assegurando que a despesa esteja devidamente atestada e em conformidade com a execução do objeto;

7.20.9. Atuar de forma integrada com o gestor e com o fiscal técnico, contribuindo para a adequada fiscalização e gestão do contrato.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1. Conferir mensalmente a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada antes da liberação de pagamentos.

7.22.2. Verificar a validade e suficiência da garantia contratual, inclusive em casos de prorrogação ou reajuste; e

7.22.3. Controlar eventuais ocorrências que ensejem aplicação de multas, glosas ou demais penalidades previstas contratualmente.

7.23. A fiscalização contratual deverá observar, de forma integrada e contínua, as medidas de mitigação e controle estabelecidas no Mapa de Gerenciamento de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

Riscos do processo administrativo, vinculando cada risco identificado às respectivas ações preventivas, mecanismos de monitoramento e medidas de contingência previstas.

- 7.23.1. A ocorrência de eventos de risco deverá ser registrada formalmente pela fiscalização, com indicação do impacto na execução contratual e das providências adotadas.
- 7.23.2. O descumprimento das medidas preventivas ou a materialização de riscos não mitigados poderá ensejar a aplicação de glosas, penalidades contratuais ou outras medidas administrativas cabíveis, conforme gravidade e impacto na prestação do serviço.
- 7.23.3. Considera-se risco crítico da contratação a descontinuidade da transmissão dos eventos legislativos, caracterizada por interrupção total ou parcial injustificada da operação durante eventos institucionais.
- 7.23.4. A ocorrência desse risco ensejará atuação imediata da fiscalização contratual, com registro formal do evento, aplicação dos mecanismos de medição de desempenho e, quando cabível, aplicação de glosas, penalidades contratuais ou outras medidas administrativas previstas.
- 7.23.5. A contratada deverá adotar medidas preventivas específicas para mitigação do risco de descontinuidade, incluindo redundância operacional, plano de contingência e suporte técnico imediato durante os eventos legislativos e institucionais abrangidos pelo objeto.

### **Gestor do Contrato**

7.24. Cabe ao gestor do contrato:

- 7.24.1. Coordenar a execução contratual, assegurando o cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e no edital, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.24.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, consolidando as informações relativas à execução contratual, incluindo ordens de serviço, ocorrências, ajustes, prorrogações e demais atos administrativos;
- 7.24.3. Promover a adequada instrução processual quanto à execução do contrato, garantindo a organização dos documentos e registros necessários ao acompanhamento e à fiscalização;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

7.24.4. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual, especialmente para fins de liquidação da despesa e pagamento;

7.24.5. Adotar providências para a formalização de processos administrativos de responsabilização, quando identificadas irregularidades ou descumprimento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

7.24.6. Elaborar relatório final de execução contratual, contendo a avaliação dos resultados alcançados, o cumprimento dos objetivos da contratação e eventuais recomendações para aprimoramento das futuras contratações;

7.24.7. Encaminhar à unidade competente a documentação necessária para liquidação e pagamento, atestando a regular execução do objeto com base nas informações fornecidas pela fiscalização;

7.24.8. Atuar de forma integrada com os fiscais do contrato, promovendo o alinhamento das atividades de gestão, fiscalização técnica e fiscalização administrativa;

7.24.9. Adotar medidas para garantir a continuidade da prestação do serviço, especialmente em situações que envolvam riscos à execução contratual, conforme matriz de riscos constante do processo administrativo.

7.25. Receber e dar encaminhamento imediato:

7.25.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.25.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. Forma de remuneração**

8.1.1. A remuneração da contratada ocorrerá mediante pagamento mensal fixo correspondente à disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipamentos de captação audiovisual, operação de transmissão, suporte técnico especializado e demais recursos necessários à execução das transmissões institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.

8.1.2. O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 154.353,35**, perfazendo o valor anual estimado de **R\$ 1.852.240,20**.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.1.3. A remuneração mensal está condicionada à efetiva disponibilização e manutenção da capacidade operacional da solução contratada, bem como ao atendimento das demandas institucionais e ao cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), especialmente quanto à continuidade, estabilidade e qualidade das transmissões.

8.1.3.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecerá indicadores objetivos de desempenho, incluindo, no mínimo:

I – disponibilidade da transmissão;

II – qualidade técnica de áudio e vídeo;

III – tempo de resposta a falhas;

IV – cumprimento das transmissões programadas;

V – estabilidade do sinal.

8.1.4. Para fins de aferição da execução contratual, será considerado como parâmetro mínimo de desempenho a realização de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) da capacidade operacional mensal estimada, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O percentual mínimo de execução estabelecido fundamenta-se na justificativa técnica constante do item 1.4.1 deste Termo de Referência.

8.1.4.1. O atingimento do percentual mínimo implicará o pagamento integral da parcela mensal, considerando a natureza contínua da disponibilização da infraestrutura técnica e da equipe especializada.

8.1.4.2. Na hipótese de execução inferior ao percentual mínimo, o pagamento será ajustado de forma proporcional à execução efetivamente verificada, ressalvadas as hipóteses de redução de demanda por decisão da Administração.

8.1.4.3. Nos períodos de recesso legislativo, especialmente nos meses de janeiro, julho e dezembro, a execução contratual poderá ser mantida por meio de conteúdos institucionais, reprises, programas educativos e demais conteúdos previamente autorizados, assegurando a continuidade da prestação do serviço.

8.1.4.4. A utilização da minutagem e da quantidade de eventos possui caráter instrumental e referencial, sendo adotada exclusivamente para fins





# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

de aferição do nível de execução contratual, em conjunto com os demais critérios de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

## **8.2. Parâmetro referencial de execução**

8.2.1. Para fins de controle da execução contratual, considera-se como referência técnica a estimativa anual de transmissões institucionais constante no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu Anexo I.

8.2.2. Com base na projeção anual constante do Estudo Técnico Preliminar, apresenta-se a seguir a estimativa de carga operacional da solução:

8.2.2.1. 2.405 minutos de transmissão institucional, com base na Tabela de Estimativa Anual, Anexo I do ETP.

| <b>Tipo de Evento</b>                              | <b>Quantidade Anual Prevista</b> | <b>Duração Média Estimada</b> | <b>Horas Anuais</b> | <b>Minutos Anuais</b> |
|--|----------------------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Sessões Ordinárias                                 | 40                               | 4h                            | 160h                | 9.600 min             |
| Sessões Solenes e Eventos da Escola do Legislativo | 60                               | 2h                            | 120h                | 7.200 min             |
| Audiências Públicas                                | 40                               | 2h                            | 80h                 | 4.800 min             |
| Sessões Extraordinárias                            | 20                               | 1h                            | 20h                 | 1.200 min             |
| Programas Institucionais                           | 16                               | 1h                            | 16h                 | 960 min               |
| Sessões Licitatórias                               | 5                                | 2h                            | 10h                 | 600 min               |

Carga horária anual estimada.

406 horas de transmissões institucionais por ano

Equivalente aproximado.

24.360 minutos anuais de transmissões institucionais

Estimativa mensal, exceto no período de recesso parlamentar.

2.405 minutos de transmissões institucionais mensais

8.2.3. A estimativa anual apresentada evidencia a variação da demanda ao longo do exercício, considerando períodos de maior intensidade operacional e meses de menor atividade, especialmente em razão dos recessos legislativos:

8.2.3.1. A definição do percentual mínimo de execução contratual fundamenta-se na dinâmica efetiva do calendário legislativo desta Casa, conforme disciplinado em seu Regimento Interno, o qual estabelece períodos de recesso parlamentar e impacta diretamente a intensidade das atividades institucionais.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.2.3.2. Observa-se a ocorrência de recesso parlamentar nos meses de janeiro e julho, caracterizados pela significativa redução das sessões legislativas e eventos institucionais, bem como a diminuição parcial da atividade no mês de dezembro, em razão do encerramento antecipado do exercício legislativo.

8.2.3.3. Considerando essa distribuição temporal da demanda, adotou-se a seguinte projeção de execução da capacidade operacional contratada:

- a) 9 (nove) meses de alta demanda, com execução média estimada de 95% da capacidade prevista;
- b) 2 (dois) meses de baixa demanda (recesso parlamentar), com execução média estimada de 70%;
- c) 1 (um) mês de demanda intermediária (dezembro), com execução média estimada de 80%.

8.2.3.4. A partir desses parâmetros, obteve-se média ponderada anual de execução equivalente a aproximadamente 89,6% da capacidade total estimada, refletindo o comportamento real e não linear da demanda ao longo do exercício.

8.2.3.5. Diante desse cenário, fixou-se o percentual mínimo de execução contratual em 85%, patamar deliberadamente inferior à média apurada, com o objetivo de incorporar margem técnica para variações operacionais e oscilações pontuais da demanda, sem prejuízo da adequada prestação dos serviços.

8.2.3.6. Tal critério assegura a coerência entre o planejamento global da contratação e sua aferição mensal, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a adequada remuneração pela disponibilidade da estrutura técnica e operacional e, simultaneamente, a vedação ao pagamento por serviços não efetivamente prestados, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

8.2.4. Tal resultado fundamenta a adoção do percentual mínimo de execução contratual de 85%, estabelecido como parâmetro de desempenho, garantindo margem técnica para variações operacionais e assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os parâmetros de minutagem e quantidade de eventos possuem caráter referencial e operacional, sendo utilizados para o acompanhamento da execução contratual e para a aferição do cumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.2.5. Os parâmetros apresentados possuem caráter referencial e operacional, sendo utilizados para o acompanhamento da execução contratual e para a aferição do cumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos, podendo influenciar a análise da execução global do contrato, nos termos dos critérios definidos neste Termo de Referência.

8.3.A execução dos serviços observará, ainda, planejamento semanal de transmissões institucionais, conforme diretrizes estabelecidas pela Presidência da Câmara Municipal de São Vicente, nos termos do Ofício nº 024-A/2026.

8.3.1. Fica estabelecida, como referência operacional, a seguinte programação semanal previamente autorizada:

8.3.1.1. terças-feiras, das 19h às 21h: realização de audiências públicas

8.3.1.2. quartas-feiras, das 14h às 18h: realização de sessões ordinárias;

8.3.1.3. quintas-feiras, das 19h às 21h: realização de sessões solenes;

8.3.2. Poderão, ainda, ser realizadas:

a) atividades da Escola do Legislativo às segundas-feiras, das 19h às 21h;

b) sessões solenes e eventos institucionais às sextas-feiras, das 19h às 21h;

8.3.3. O planejamento semanal ora definido constitui diretriz operacional para organização da grade de transmissão, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração, sem prejuízo da natureza contínua da prestação do serviço.

8.4.O parâmetro de execução mensal possui caráter referencial e de controle administrativo, não se constituindo como condição isolada para pagamento, considerando que o modelo de contratação se baseia na disponibilização contínua de infraestrutura técnica, operacional e tecnológica indispensável à execução do objeto.

8.5.O pagamento mensal será devido em razão da disponibilização contínua, permanente e integrada da infraestrutura técnica, equipamentos, sistemas e equipe especializada necessários à execução do objeto, caracterizando-se como custo fixo operacional indispensável à manutenção da solução.

8.5.1. A remuneração contratual baseia-se na disponibilização contínua da infraestrutura técnica e da equipe especializada, observados os parâmetros mínimos de desempenho e execução estabelecidos neste Termo de Referência.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.5.2. A variação na quantidade de eventos ou minutos transmitidos não descaracteriza a execução do objeto, desde que mantida a capacidade operacional plena da solução.

8.6. Considera-se plenamente executado o objeto contratual quando verificada, de forma conjunta:

I – a disponibilização contínua da infraestrutura técnica;

II – a efetiva realização das transmissões programadas;

III – o atendimento aos níveis mínimos de desempenho estabelecidos;

IV – o cumprimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.6.1. A aferição da execução contratual não se limita à disponibilização formal da infraestrutura, devendo ser comprovada por meio da efetiva prestação dos serviços, incluindo a realização das transmissões programadas, o funcionamento contínuo da solução, a disponibilidade da equipe técnica e o atendimento aos indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.7. Variações na quantidade de minutos transmitidos serão analisadas no contexto da execução global do contrato, sendo consideradas, em conjunto com os demais critérios de desempenho, para fins de aferição do cumprimento do percentual mínimo de execução estabelecido, podendo ensejar ajuste proporcional do pagamento quando caracterizado desempenho inferior ao parâmetro contratual.

8.7.1. O valor referencial por minuto possui caráter exclusivamente indicativo, não vinculativo, sendo utilizado apenas como ferramenta auxiliar de controle interno, análise comparativa e eventual apuração de glosas, não caracterizando modelo de contratação por demanda ou por produção.

### **8.8. PROGRAMAÇÃO DURANTE RECESSO**

8.8.1. Durante os períodos de recesso legislativo, especialmente nos meses de janeiro, julho e dezembro, a contratada deverá manter programação institucional no horário tradicionalmente destinado às sessões ordinárias, mediante transmissão de conteúdos institucionais, reprises de eventos legislativos, audiências públicas, programas educativos ou conteúdos institucionais previamente autorizados pela Câmara Municipal.

8.8.2. Essa programação tem por objetivo assegurar a continuidade da comunicação institucional, a manutenção da grade de transmissão da TV



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

Legislativa e a preservação da transparência das atividades do Poder Legislativo.

8.9. A avaliação da execução do objeto utilizará Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante desta seção, com vistas à aferição da qualidade da prestação dos serviços e eventual aplicação de glosas no pagamento mensal.

| <b>IMR 1 – IDT - Índice de Disponibilidade da Transmissão</b> |  |
|---|--|
| <b>Tópico</b>   | <b>Descrição</b>   |
| <b>Finalidade</b>   | Medir a continuidade e estabilidade da transmissão audiovisual durante os eventos legislativos e eventos institucionais.   |
| <b>Meta a cumprir</b>   | IDT igual ou superior a <b>95% de disponibilidade durante cada transmissão.</b>  |
| <b>Instrumento de medição</b>                                 | A aferição será realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, com base em:<br><br>I – Monitoramento da transmissão em tempo real;<br>II – Registros de logs técnicos da transmissão;<br>III – Relatórios de ocorrência;<br>IV – Verificação da gravação integral da sessão. |
| <b>Forma de acompanhamento</b>                                | O indicador será apurado pelos fiscais do contrato mediante avaliação do tempo efetivo de transmissão sem interrupção em relação ao tempo total da transmissão realizada.  |
| <b>Periodicidade</b>  | Mensal   |
| <b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>                         | <b>IDT = 100 * (Tempo de transmissão sem falha / Tempo total da sessão)</b>  |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

**Divisão de Comunicação**

|  |  |
|--|--|
| <b>Início de Vigência</b>                      | A partir da emissão da Ordem de Serviço.   |
| <b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b> | <p>IDT <math>\geq</math> 95%<br/>Sem desconto.</p> <p>IDT <math>\geq</math> 90% e <math>&lt;</math> 95%<br/>Desconto de <b>5%</b> sobre o valor mensal.</p> <p>IDT <math>\geq</math> 80% e <math>&lt;</math> 90%<br/>Desconto de <b>10%</b> sobre o valor mensal.</p> <p>IDT <math>&lt;</math> 80%<br/>Desconto de <b>20%</b> sobre o valor mensal, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.</p> |
|  |  |

8.9.1. O descumprimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) poderá ensejar a aplicação de glosas proporcionais no pagamento mensal, de acordo com a gravidade da ocorrência, o impacto na execução contratual e os critérios objetivos definidos neste Termo de Referência e no contrato.

8.9.2. A aplicação de glosas decorrentes do Instrumento de Medição de Resultado observará os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da falha, a extensão do impacto na execução contratual e a eventual reincidência da ocorrência.

8.9.3. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) está diretamente vinculado aos riscos de descontinuidade da transmissão, falhas técnicas e degradação da qualidade do serviço, identificados na Matriz de Gerenciamento de Riscos, constituindo mecanismo de controle da continuidade operacional da solução.

8.9.4. A reincidência de falhas que impactem o índice de disponibilidade poderá caracterizar falha sistemática na execução contratual, sujeitando a contratada à aplicação de penalidades mais gravosas, inclusive rescisão contratual, nos termos da legislação aplicável.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.9.5. A descontinuidade total ou parcial da prestação dos serviços, especialmente durante a realização dos eventos legislativos, audiências públicas ou eventos institucionais, será caracterizada como falha grave, por comprometer diretamente o princípio da publicidade e a transparência dos atos legislativos.

8.9.5.1. Nesses casos, além da aplicação das glosas previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a ocorrência poderá ensejar:

- I – aplicação de penalidades contratuais;
- II – registro de falha grave na execução contratual;
- III – possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada reincidência ou comprometimento relevante da continuidade do serviço.

8.9.5.2. A aplicação das penalidades observará a proporcionalidade, a gravidade da falha e o impacto na execução contratual.

8.10. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.10.1. Não produziu os resultados acordados;

8.10.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.10.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.12. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.12.1. A efetiva realização das transmissões dos eventos legislativos, audiências públicas e eventos institucionais previstos no período de referência, conforme calendário oficial e Ordens de Serviço emitidas;

8.12.2. O desempenho aferido por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), especialmente quanto:

8.12.2.1. À disponibilidade da transmissão (IDT).





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.12.3. A manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, bem como inexistência de pendências contratuais impeditivas de pagamento.

### **Recebimento**

8.13. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.14. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.15. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.16. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.17. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.18. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal correspondente ao intervalo compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, contemplando todas os eventos legislativos, audiências públicas e eventos institucionais realizados nos respectivo período.

8.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.19.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, **podendo resultar na aplicação de glosas ou sanções contratuais, conforme indicadores de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência;**

8.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.26. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.26.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.26.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.30.1. Realização de testes técnicos antes do início de cada sessão legislativa, abrangendo verificação de captação de áudio, captação de imagem, estabilidade de conexão e funcionamento dos equipamentos de transmissão;

8.30.2. Acompanhamento da transmissão em tempo real pelo fiscal técnico, verificando:

8.30.2.1. Continuidade do sinal;

8.30.2.2. Sincronização entre áudio e vídeo;

8.30.2.3. Ausência de interrupções injustificadas; e

8.30.2.4. Qualidade mínima compatível com padrão profissional.

8.30.3. Conferência da gravação integral da sessão, integridade do arquivo digital e disponibilização pública no prazo estabelecido neste Termo de Referência. .

### **Liquidação**

8.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.32. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.33. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) O prazo de validade;
- II) A data da emissão;
- III) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) O período respectivo de execução do contrato;
- V) O valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.34. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.35. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.36. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.36.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.36.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.37. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.38. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.39. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.40. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.41. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.42. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.43. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.44. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.45. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.45.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.46. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.47. Não será admitida antecipação de pagamento na presente contratação, considerando tratar-se de prestação de serviços continuados, com remuneração mensal vinculada à efetiva execução e ao resultado aferido por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

### **Modelo de Remuneração e Critério de Execução Contratual**

8.48. A presente contratação possui natureza de prestação continuada de serviços técnicos especializados de radiodifusão institucional, não se caracterizando como aquisição de espaço publicitário ou contratação de mídia. O modelo de remuneração adotado baseia-se na disponibilização contínua de infraestrutura técnica, equipe especializada e capacidade operacional necessária à cobertura das atividades oficiais da Câmara Municipal. Assim, o pagamento mensal não está vinculado à quantidade de eventos efetivamente transmitidos, mas à manutenção permanente da estrutura técnica apta à realização das transmissões dos eventos legislativos, audiências públicas, sessões solenes, sessões extraordinárias e demais eventos institucionais, garantindo previsibilidade operacional, continuidade do serviço e observância ao princípio constitucional da publicidade. A estimativa de tempo anual de transmissões utilizada como parâmetro de referência encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu Anexo I, validado pela Presidência através de Ofício Nº 024-A-2026, os quais apresentam a projeção anual de eventos institucionais e a simulação comparativa de custos por minutagem.

#### **Referência de execução contratual**

8.48.1. Para fins de aferição da execução contratual, será considerada como referência a estimativa anual de transmissões e eventos institucionais constante do Estudo Técnico Preliminar e de seu Anexo I, os quais apresentam a projeção de *eventos legislativos*, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades que demandam cobertura audiovisual.

#### **Critério mínimo de execução**

8.48.2. Considerando que o modelo de contratação baseia-se na disponibilização contínua de infraestrutura técnica, equipe especializada e capacidade operacional permanente, será considerado plenamente atendido o objeto contratual quando a contratada executar no mínimo 85% do tempo estimado de transmissão previsto para o período mensal de referência.

#### **Pagamento integral**

8.48.3. Quando a execução mensal atingir percentual igual ou superior a 85% do tempo estimado, o pagamento mensal será realizado integralmente, tendo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

em vista que a estrutura técnica e operacional permanece mobilizada durante todo o período contratual.

### **Pagamento proporcional**

8.48.4. Caso a execução mensal fique abaixo de 85% do tempo estimado de transmissão, o pagamento poderá ser redimensionado proporcionalmente ao tempo efetivamente executado, utilizando-se como parâmetro de cálculo o valor médio por minuto estimado no Estudo Técnico Preliminar.

8.48.5. Para fins de medição e pagamento, os parâmetros de minutagem e quantitativos de eventos serão utilizados como instrumentos auxiliares de acompanhamento da execução contratual, não caracterizando, por si só, o objeto como contratação por produção ou por evento, uma vez que a remuneração está fundamentada na disponibilização contínua da infraestrutura técnica e da equipe especializada necessárias à prestação dos serviços.

8.48.6. Exemplo ilustrativo de cálculo:

Considerando estimativa mensal média de 2.405 minutos de transmissão.

Execução de 2.050 minutos

$$2.050 \div 2.405 = 85,23\%$$

Pagamento integral.

Execução de 1.800 minutos

$$1.800 \div 2.405 = 74,84\%$$

Pagamento proporcional.

### **Natureza da remuneração**

8.48.7. A remuneração mensal da contratada possui natureza global e continuada, estando vinculada à disponibilização permanente da estrutura técnica necessária à captação, produção, sonorização, transmissão televisiva e difusão digital das atividades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente. Dessa forma, o pagamento não se vincula à realização isolada de eventos específicos, mas à manutenção da capacidade operacional contínua da solução contratada, compreendendo equipamentos, equipe técnica especializada, sistemas de transmissão, infraestrutura de áudio e vídeo e adequações técnicas necessárias à padronização do conteúdo para veiculação institucional.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

8.48.8. A minutagem de transmissões prevista no Estudo Técnico Preliminar e em seu Anexo I constitui referência estimativa de execução, utilizada para fins de planejamento, dimensionamento da solução técnica e acompanhamento da execução contratual. Tal parâmetro não configura preço unitário por minuto transmitido, sendo utilizado exclusivamente como instrumento de aferição da regularidade da prestação do serviço e da efetiva disponibilização da estrutura contratada.

8.48.9. Considerando que a prestação do serviço envolve a mobilização contínua de equipe técnica especializada, sistemas de transmissão, infraestrutura de áudio e vídeo e suporte operacional permanente, a remuneração mensal visa garantir a disponibilidade da solução técnica contratada, independentemente da quantidade exata de eventos institucionais realizados em determinado mês.

8.48.10. Nos períodos em que não houver realização de sessões ordinárias, especialmente nos meses de janeiro, julho e dezembro, a estrutura contratada permanecerá mobilizada para atendimento das atividades institucionais da Câmara Municipal, incluindo transmissões de programas institucionais, eventos especiais, sessões extraordinárias, audiências públicas ou demais conteúdos de interesse público, preservando-se, portanto, a lógica de disponibilidade contínua da solução contratada.

8.48.11. A aferição da qualidade e regularidade da prestação dos serviços será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que avaliará o desempenho técnico, a disponibilidade operacional da estrutura contratada e o atendimento às obrigações contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.

8.48.12. A remuneração mensal decorre da disponibilização permanente da solução técnica integrada, não se caracterizando como pagamento por evento ou por tempo isolado de transmissão.

8.49. O modelo de contratação adotado visa assegurar a continuidade da infraestrutura técnica necessária à transmissão das atividades legislativas, não estando condicionado exclusivamente à quantidade de eventos realizados em determinado período, tendo em vista a necessidade de manutenção permanente da estrutura técnica e operacional indispensável ao funcionamento institucional da Câmara Municipal de São Vicente.

### **Reajuste**

8.50. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/02/2026.

8.51. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

pele Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.52. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.53. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.54. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.55. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.56. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.57. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

8.58. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.58.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.58.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.58.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

**Divisão de Comunicação**

demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.58.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.59. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### 9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

| Id | Ocorrência   | Glosa / Sanção  |
|----|--|---|
| 1  | Não prestar esclarecimentos solicitados pela fiscalização, salvo quando envolverem indagações técnicas complexas | Multa de 2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 dias úteis. |
|    |  | Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 (cinco) % do valor total do Contrato.  |
| 2  | Descumprimento do indicador IAP (Índice de Atendimento no Prazo)   | IMR >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.   |
|    |  | IMR >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.   |
|    |  | IMR >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.   |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

**Divisão de Comunicação**

|   |  |  |
|---|--|--|
|   |  | IMR < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.   |
| 3 | Falha na transmissão ao vivo das sessões por culpa da contratada         | Multa de 1% do valor mensal por evento, limitada a 10% do valor mensal.  |
| 4 | Interrupção superior a 30 minutos sem justificativa técnica aceita       | Multa de 2% do valor mensal por ocorrência.  |
| N | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela. | Advertência.<br><br>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2 % do valor total do Mensal. |

**9.1.1.** As penalidades acima previstas visam assegurar a continuidade e a qualidade das transmissões institucionais, consideradas essenciais para a publicidade dos atos legislativos e para o acesso da população às atividades do Poder Legislativo.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da **solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual**, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato.

9.4.4.8. Consideram-se hipóteses específicas de inexecução parcial:

9.4.4.8.1. Falha injustificada na transmissão ao vivo das sessões;

9.4.4.8.2. Interrupção superior a 30 minutos por culpa da contratada;

9.4.4.8.3. Não reposição de profissional essencial; e

9.4.4.8.4. Não substituição de equipamento crítico no prazo máximo contratual.

9.4.5. O somatório das multas aplicadas no período mensal não poderá ultrapassar 30% do valor mensal do contrato, sob pena de caracterização de inexecução grave e possível extinção contratual.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.28. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

9.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRONICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.**

#### **Regime de Execução**

10.2. O regime de execução do contrato será por **empreitada por preço global**, considerando que o objeto possui escopo definido, com prestação continuada e remuneração mensal fixa, cabendo à Contratada assumir os riscos ordinários da execução, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

#### **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de radiodifusão de sons e imagens (televisão aberta), expedido pelo Ministério das Comunicações, com fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 21, inciso XII, alínea “a”, da Constituição Federal, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), e do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

10.13.1. A exigência de que a transmissão ocorra por emissora concessionária de radiodifusão de sons e imagens, Classe Especial, com cobertura compatível com a totalidade do território municipal justifica-se pelo princípio da publicidade (art. 37 da Constituição Federal) e pela necessidade de assegurar



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

ampla transparência das atividades legislativas. A Câmara Municipal realiza sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e audiências públicas que tratam de matérias de relevante interesse coletivo, sendo dever institucional garantir que tais atos sejam acessíveis ao maior número possível de cidadãos. A transmissão exclusivamente por meios digitais (streaming) não atende integralmente ao interesse público, considerando:

I – A exclusão digital ainda existente em parcelas da população;

II – A necessidade de acesso universal e gratuito;

III – A função institucional de democratização da informação legislativa;

IV – A abrangência territorial do Município de São Vicente. A exigência de emissora regularmente outorgada, Classe Especial, pelo Ministério das Comunicações e fiscalizada pela ANATEL visa assegurar:

a) Regularidade jurídica da operação;

b) Conformidade regulatória;

c) Estabilidade técnica de transmissão;

d) Alcance populacional efetivo;

e) Continuidade do serviço.

10.13.1.1. Tal exigência não restringe a competitividade, uma vez que admite: – A participação direta de emissoras outorgadas; ou – Empresas especializadas que comprovem vínculo contratual com emissora concessionária de radiodifusão de sons e imagens, Classe Especial regularmente autorizada. Assim, a exigência guarda pertinência direta com o objeto e com a finalidade pública da contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

10.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses, equivalente a R\$ 185.224,02, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.30. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto para empresas constituídas há menos de dois anos, que deverão apresentar os documentos relativos ao período de existência;

10.31. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.32. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

10.33. O atendimento aos índices econômico-financeiros previstos neste Termo de Referência deverá ser demonstrado por meio de memória de cálculo acompanhada de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, com indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sem prejuízo da verificação e validação pela Comissão de Licitação.

10.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

10.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.35.1. A declaração poderá ser substituída por manifestação formal assinada pelo responsável técnico da empresa atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

10.36. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, quando aplicável, ou outro conselho profissional competente relacionado à atividade técnica objeto da contratação, em plena validade;

10.36.1. Sociedades empresárias estrangeiras deverão apresentar, no momento da assinatura do contrato, comprovação de solicitação de registro perante o conselho profissional competente no Brasil.

10.37. Comprovação de outorga, *Classe Especial*, válida para o exercício da atividade de radiodifusão de sons e imagens, expedida pelo Ministério das Comunicações e fiscalizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos da legislação vigente, ou comprovação de vínculo contratual formal com emissora concessionária de radiodifusão *de sons e imagens, Classe Especial*, regularmente autorizada.

### **Qualificação Técnico**

10.38. Qualificação técnico-operacional

10.38.1. A comprovação de aptidão para execução de serviço similar será realizada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

- 10.38.2. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.38.3. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se parcelas de maior relevância:
- I – captação e transmissão audiovisual ao vivo de eventos institucionais;
  - II – operação técnica de sistemas de áudio e vídeo em ambiente institucional ou similar;
  - III – edição e disponibilização de conteúdo audiovisual em plataformas digitais ou meios de comunicação.
- 10.38.4. A comprovação poderá se dar por meio de um ou mais atestados, admitida a soma de quantitativos.
- 10.38.5. Considerando a complexidade técnica e a natureza contínua dos serviços, poderá ser exigida a comprovação de execução anterior correspondente a até 50% (cinquenta por cento) da capacidade operacional estimada, limitada às parcelas de maior relevância, sem que tal percentual constitua requisito obrigatório isolado, devendo ser analisado em conjunto com a capacidade técnica global do fornecedor.
- 10.38.6. A exigência prevista no subitem anterior fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada possua experiência compatível com a operação contínua de serviços audiovisuais institucionais, envolvendo captação, transmissão, edição e disponibilização de conteúdo em múltiplos canais, com padrões técnicos adequados.
- 10.38.7. Em observância aos entendimentos consolidados dos órgãos de controle, notadamente o Acórdão nº 1604/2025-Plenário do Tribunal de Contas da União e a Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como ao disposto no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021, as exigências de quantitativos mínimos em atestados deverão observar o princípio da proporcionalidade, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica do objeto.
- 10.38.8. No contexto desta contratação, a capacidade técnico-operacional será aferida pela demonstração de execução anterior compatível com a escala e a complexidade dos serviços, podendo a Administração considerar, como referência de robustez técnica, a comprovação de execução equivalente a até 50% (cinquenta por cento) da capacidade operacional



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

estimada, sem que tal percentual constitua requisito obrigatório isolado de habilitação.

- 10.38.9. Tal parâmetro fundamenta-se na natureza contínua, integrada e operacionalmente complexa dos serviços de captação, geração, transmissão, edição e disponibilização audiovisual, os quais demandam coordenação simultânea de múltiplos fluxos de áudio e vídeo, operação de sistemas de produção e transmissão e gestão de equipe técnica especializada.
- 10.38.10. A escalabilidade inerente ao objeto implica que a operação em patamar intermediário já é tecnicamente suficiente para demonstrar aptidão à execução integral, uma vez que envolve requisitos equivalentes de processamento, sincronização, estabilidade de sinal e gestão operacional, ainda que em menor volume.
- 10.38.11. Dessa forma, a adoção do referencial de até 50% visa assegurar a proporcionalidade da exigência, evitando restrições indevidas à competitividade, sem prejuízo da verificação da capacidade técnica necessária à adequada execução do contrato. A experiência anterior do fornecedor será avaliada com base na compatibilidade técnica e operacional dos serviços executados, não sendo exigido prazo mínimo fixo de atuação.
- 10.38.12. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.38.13. O fornecedor deverá disponibilizar, quando solicitado, informações que permitam verificar a autenticidade dos atestados apresentados.
- 10.38.14. Serão aceitos documentos emitidos por entidades estrangeiras, acompanhados de tradução para o português.
- 10.38.15. Será admitida a apresentação de atestados emitidos em favor de consórcio, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 10.39. A comprovação de aptidão para execução de serviços similares será realizada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 10.39.1. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

10.39.2. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se parcelas de maior relevância:

I – captação e transmissão audiovisual ao vivo de eventos institucionais;

II – operação técnica de sistemas de áudio e vídeo em ambiente institucional ou similar;

III – disponibilização de conteúdo audiovisual em plataformas digitais ou meios de comunicação.

10.39.3. A comprovação poderá se dar por meio de um ou mais atestados, admitida à soma de quantitativos.

10.39.4. Para fins de aferição da capacidade técnico-operacional, será considerado satisfatório o conjunto de atestados que demonstre experiência compatível com a complexidade do objeto, podendo a Administração considerar, como referência de robustez técnica, a execução de serviços equivalentes a até 50% do volume estimado.

10.39.5. Considerando a complexidade técnica, a natureza contínua do serviço e a necessidade de disponibilização permanente de infraestrutura operacional robusta, poderá ser exigida a comprovação de execução anterior correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do volume estimado da contratação, limitada às parcelas de maior relevância do objeto, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.39.6. Tal exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar que o futuro contratado possua capacidade técnico-operacional compatível com a escala, a criticidade e a continuidade dos serviços a serem prestados, evitando riscos à execução contratual e à continuidade das atividades institucionais.

10.39.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.39.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.39.9. Os atestados deverão referir-se a serviços compatíveis com o objeto da contratação.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

10.40. Declaração de que o fornecedor dispõe ou disporá, até o início da execução contratual, de estrutura operacional apta a garantir atendimento técnico presencial tempestivo no Município de São Vicente e na Região Metropolitana da Baixada Santista, sempre que necessário à execução do objeto.

10.41. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.42. A contratada deverá comprovar possuir outorga válida para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na condição de concessionária em Classe Especial, expedida pelo órgão competente, válida na data da habilitação e durante toda a execução contratual.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.48. A contratada deverá comprovar possuir outorga válida para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na condição de concessionária em Classe Especial, expedida pelo órgão competente.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

### **Documentação complementar para cooperativas**

10.49. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.49.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.49.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.49.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.49.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.49.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.49.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.49.6.1. ata de fundação;

10.49.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.49.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.49.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.49.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.49.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.49.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

11.1. O valor estimado da contratação encontra-se demonstrado no relatório oficial de pesquisa de preços extraído da plataforma Compras.gov.br, juntado aos autos do processo administrativo, totalizando R\$ 1.852.240,20 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta reais e vinte centavos).

11.1.1. O referido valor foi apurado mediante análise de contratações públicas similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, conforme relatório de pesquisa de preços e documentos anexos ao processo.

11.2. O valor estimado da contratação encontra-se demonstrado no relatório oficial de pesquisa de preços extraído da plataforma Compras.gov.br (Pesquisa nº 13/2026 – UASG 928175), devidamente juntado aos autos, totalizando R\$ 1.852.240,20.

11.2.1. A memória de cálculo e os documentos que dão suporte à estimativa constam da pesquisa de preços nº 13/2026 e da nota técnica anexa ao processo.

11.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento da Câmara Municipal de São Vicente.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 01.031.0035.2001.3.3.90.39.00

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, observados os princípios da publicidade e da transparência previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

### **Cronograma Físico Financeiro**

| Evento                  | Prazo estimado                  | Valor          |
|-------------------------|---------------------------------|----------------|
| Execução Mensal - Mês 1 | 30 dias após início da execução | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 2 | 60 dias                         | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 3 | 90 dias                         | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 4 | 120 dias                        | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 5 | 150 dias                        | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 6 | 180 dias                        | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 7 | 210 dias                        | R\$ 154.353,35 |



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**Divisão de Comunicação**

|                          |          |                |
|--------------------------|----------|----------------|
| Execução Mensal - Mês 8  | 240 dias | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 9  | 270 dias | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 10 | 300 dias | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 11 | 330 dias | R\$ 154.353,35 |
| Execução Mensal - Mês 12 | 360 dias | R\$ 154.353,35 |

---

**Integrante  
Requisitante**

Salles Tavares Wanderley  
Chefe de Divisão de Comunicação

---

**Integrante Técnico**

Cartão de registro profissional 0093856/SP - Jornalista  
Cartão de registro profissional 0010071/sp - Sonoplasta, operador de som e técnico de som  
Leonardo Ferreira  
Oficial Legislativo

---

**Integrante Técnico**

Lucas Gabriel da Silva  
Diretor de Divisão de Tecnologia da informação e Telecomunicação em substituição



# ***CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE***

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

***Divisão de Comunicação***

**Autoridade Máxima da Área**

---

**Fábio Gomes**  
**Secretário de Administração**

**São Vicente, 07 de maio de 2026.**

## CAMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE - SP

**Estudo Técnico Preliminar 6/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 132/2025

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a adequada captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual das atividades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente, compreendendo sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, atos administrativos e demais eventos legislativos e institucionais de interesse público.

Atualmente, verifica-se a necessidade de disponibilização de estrutura técnica especializada capaz de garantir qualidade, estabilidade e continuidade das transmissões, considerando a crescente demanda por transparência, publicidade dos atos administrativos e ampliação do acesso da população às atividades do Poder Legislativo.

A insuficiência de estrutura própria, aliada à complexidade técnica inerente à produção e transmissão audiovisual institucional em padrão profissional, evidencia a necessidade de contratação de solução especializada, apta a assegurar a execução contínua, integrada e operacionalmente estável dos serviços.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa garantir a efetividade do princípio da publicidade administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como assegurar o direito de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

Adicionalmente, a necessidade encontra respaldo em orientações de órgãos de controle, no sentido de que o Poder Legislativo deve demonstrar, de forma efetiva, o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas, o que pressupõe a realização e ampla divulgação de audiências públicas e demais atos institucionais.

A solução a ser contratada deverá possibilitar a transmissão contínua, estável e multiplataforma, contemplando televisão aberta, televisão por assinatura e meios digitais, garantindo que a informação pública alcance todos os segmentos da população, inclusive aqueles sem acesso regular à internet ou com limitações de inclusão digital, como parcela significativa do público idoso.

Com a contratação, pretende-se alcançar:

- a ampliação da transparência institucional;
- o fortalecimento do controle social;
- a padronização e melhoria da qualidade técnica das transmissões;
- a garantia de continuidade operacional dos serviços;
- a ampliação do alcance das atividades legislativas junto à população.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, constituindo medida essencial para o regular funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente, em consonância com o planejamento da contratação e com a solução técnica definida no presente Estudo Técnico Preliminar.

**3. Área requisitante**

| Área Requisitante      | Responsável              |
|------------------------|--------------------------|
| Divisão de Comunicação | Salles Tavares Wanderley |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a adequada captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual das atividades instituídas pela Câmara Municipal de São Vicente, compreendendo sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, atos administrativos e demais eventos legislativos e institucionais de interesse público.

Sob a perspectiva do interesse público, a necessidade encontra respaldo no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como objetivos do processo licitatório a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, inclusive sob a ótica da eficiência, bem como a promoção da transparência e da efetividade das ações públicas.

Adicionalmente, a presente contratação observa o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a fase preparatória deve caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução para seu atendimento, o que se materializa por meio da presente descrição da necessidade.

Atualmente, verifica-se a insuficiência de estrutura técnica própria capaz de garantir, de forma contínua e adequada, a produção, captação e transmissão audiovisual em padrão profissional, o que compromete a estabilidade, a qualidade e o alcance das transmissões institucionais.

A complexidade técnica do objeto — que envolve captação multicâmera, operação especializada, sincronização de áudio e vídeo e transmissão simultânea em múltiplas plataformas — evidencia a necessidade de contratação de solução especializada, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se, ainda, que o serviço possui natureza contínua, conforme disposto no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que sua interrupção comprometeria diretamente a regularidade das atividades legislativas e a transparência institucional.

A contratação também se justifica pela necessidade de dar efetividade ao princípio da publicidade administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como ao direito de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

Adicionalmente, a necessidade encontra respaldo em apontamentos de órgãos de controle, no sentido de que o Poder Legislativo deve demonstrar, de forma efetiva, o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas, o que pressupõe a realização e ampla divulgação de audiências públicas e demais atos institucionais.

A solução a ser contratada deverá possibilitar a prestação dos serviços de forma contínua, estável e integrada, com transmissão multiplataforma, abrangendo televisão aberta, televisão por assinatura e meios digitais, garantindo que a informação pública alcance todos os segmentos da população, inclusive aqueles sem acesso regular à internet ou com limitações de inclusão digital, especialmente o público idoso.

Com a contratação, pretende-se alcançar a ampliação da transparência institucional, o fortalecimento do controle social, a melhoria da qualidade técnica das transmissões, a garantia da continuidade operacional dos serviços e a ampliação do alcance das atividades legislativas junto à população.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, constituindo medida essencial para o regular funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.

Ressalta-se que a solução adotada considera a disponibilização contínua de infraestrutura técnica e equipe especializada, não se limitando à execução pontual de eventos, em consonância com a natureza do serviço e com o planejamento da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade institucional de captação, geração, transmissão e disponibilização audiovisual das atividades da Câmara Municipal de São Vicente, nos termos do art. 18, inciso V, e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de análise comparativa, foram consideradas as seguintes alternativas de solução:

Alternativa 1 – Execução direta pela Administração

Descrição: Aquisição de equipamentos e operação por equipe própria

Vantagens: Controle total da operação

Desvantagens: Alto investimento inicial, necessidade de equipe técnica permanente, risco de obsolescência tecnológica

Alternativa 2 – Contratação por evento/demanda

Descrição: Contratação pontual por sessão ou evento

Vantagens: Menor custo imediato

Desvantagens: Ausência de disponibilidade contínua, risco de indisponibilidade, maior custo operacional no médio prazo

Alternativa 3 – Contratação de solução integrada contínua

Descrição: Disponibilização permanente de infraestrutura e equipe especializada

Vantagens: Continuidade operacional, estabilidade, previsibilidade de custos, melhor qualidade técnica

Desvantagens: Compromisso financeiro contínuo

Diante da análise realizada, conclui-se que a alternativa mais vantajosa consiste na contratação de solução integrada contínua, por apresentar maior aderência às necessidades da Administração, especialmente no que se refere à continuidade do serviço, estabilidade operacional e qualidade técnica das transmissões.

Para tanto, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, especialmente Câmaras Municipais da Região Metropolitana da Baixada Santista, cujos contratos encontram-se anexados ao processo, permitindo a verificação das metodologias adotadas, soluções tecnológicas empregadas, modelos de contratação e padrões de execução do serviço.

A análise demonstrou que a solução mais adotada no mercado consiste na contratação de prestação continuada de serviços de transmissão audiovisual institucional, com disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipe especializada, captação multicâmera e transmissão simultânea em múltiplas plataformas, evidenciando a predominância do modelo de contratação por disponibilidade contínua.

Também foram considerados dados extraídos de sistemas oficiais, notadamente a plataforma Compras.gov.br, os quais demonstram a existência de contratações com valores expressivos no segmento de radiodifusão e transmissão audiovisual institucional, reforçando a complexidade técnica, a especialização exigida e o custo operacional envolvido na execução do objeto.

Ressalta-se que, em razão da especificidade e da natureza integrada da solução pretendida, não foram identificadas contratações integralmente idênticas ao objeto em análise, motivo pelo qual as referências coletadas foram utilizadas como parâmetros comparativos e contextuais, aptos a subsidiar a avaliação da razoabilidade econômica da contratação, não constituindo, isoladamente, base exclusiva para a formação do valor estimado.

Do ponto de vista tecnológico, verificou-se que as soluções disponíveis no mercado envolvem, em sua maioria, sistemas profissionais de captação em alta definição, operação técnica em tempo real, sincronização de áudio e vídeo e distribuição multiplataforma, não sendo recomendável a adoção de soluções simplificadas, sob pena de comprometimento da qualidade, estabilidade e alcance das transmissões institucionais.

Não foram identificadas soluções alternativas que atendam de forma mais eficiente às necessidades da Administração, especialmente no que se refere à exigência de transmissão simultânea em televisão aberta, televisão por assinatura e plataformas digitais, com padrão técnico compatível com a complexidade do serviço.

Considerando a natureza do objeto e a consolidação das soluções disponíveis no mercado, não se mostrou necessária a realização de audiência pública ou consulta formal ao mercado, tendo em vista que as alternativas tecnológicas são amplamente conhecidas e utilizadas pela Administração Pública, sendo suficientes os elementos obtidos por meio da análise documental das contratações similares.

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise crítica das referências coletadas, com a desconsideração de registros que apresentavam ausência de comparabilidade técnica, inconsistências, valores inexequíveis ou distorções significativas, de modo a assegurar a fidedignidade da estimativa e a aderência à realidade de mercado.

Quanto à competitividade, verificou-se a existência de fornecedores aptos à execução do objeto, não havendo indícios de restrição indevida à participação, desde que observados requisitos técnicos compatíveis com a natureza e a complexidade da solução.

Ainda assim, nos termos do §2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, eventuais exigências técnicas deverão observar o critério da indispensabilidade para a adequada execução do objeto, admitindo-se soluções equivalentes que atendam ao desempenho mínimo necessário, sem prejuízo da qualidade, continuidade e estabilidade dos serviços.

Ressalta-se que a definição da solução considerou não apenas os aspectos econômicos, mas também os requisitos de desempenho, estabilidade, abrangência e continuidade do serviço, de modo a assegurar a compatibilidade entre a solução adotada e as necessidades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.

Dessa forma, conclui-se que a solução identificada no mercado mostra-se adequada, viável e alinhada às necessidades da Administração, não havendo alternativa mais vantajosa que atenda simultaneamente aos requisitos de qualidade técnica, continuidade operacional, abrangência e confiabilidade das transmissões institucionais.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual institucional das atividades da Câmara Municipal de São Vicente, compreendendo a operação integrada de sistemas, infraestrutura técnica e equipe especializada, com veiculação multiplataforma.

A solução contempla a disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipamentos profissionais e equipe operacional qualificada, aptos a garantir a realização das transmissões das sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, atos administrativos e demais eventos legislativos e institucionais, nos termos definidos neste Estudo Técnico Preliminar e detalhados no Termo de Referência.

Do ponto de vista operacional, a solução deverá abranger, no mínimo:

- a) captação audiovisual multicâmera em padrão profissional, com qualidade mínima Full HD;
- b) operação técnica especializada em tempo real, incluindo direção de corte e controle de transmissão;

- c) tratamento, mixagem e sincronização de áudio e vídeo;
- d) integração entre sistemas de captação, gravação e transmissão;
- e) gravação integral dos conteúdos e disponibilização dos arquivos digitais à Administração;
- f) transmissão simultânea em televisão aberta, televisão por assinatura e plataformas digitais oficiais;
- g) suporte técnico contínuo durante toda a execução dos eventos institucionais.

A solução deverá assegurar disponibilidade contínua da estrutura técnica e da equipe especializada, inclusive para eventos extraordinários e sessões convocadas fora da programação ordinária, considerando a dinâmica própria das atividades legislativas.

No que se refere à manutenção e assistência técnica, a contratada deverá assegurar:

- a) manutenção preventiva periódica dos equipamentos e sistemas utilizados;
- b) manutenção corretiva imediata em caso de falhas ou interrupções;
- c) substituição tempestiva de equipamentos defeituosos, sem prejuízo à continuidade do serviço;
- d) suporte técnico especializado durante todas as transmissões;
- e) garantia de funcionamento ininterrupto da solução durante os eventos institucionais.

A escolha da solução contínua, em detrimento de modelos baseados em contratação por evento ou por demanda pontual, fundamenta-se no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, que caracteriza como serviço contínuo aquele cuja interrupção compromete a regularidade das atividades da Administração.

Sob o aspecto técnico, a solução contínua mostra-se mais adequada em razão da necessidade de disponibilização permanente de estrutura e equipe, considerando a possibilidade de convocação de sessões extraordinárias, realização de audiências públicas e execução de eventos institucionais com variação de duração e frequência.

Sob o aspecto econômico, a contratação por disponibilização contínua apresenta maior vantajosidade, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, na medida em que permite a diluição dos custos operacionais, evita mobilizações pontuais mais onerosas e garante maior previsibilidade administrativa.

Adicionalmente, a solução proposta está alinhada ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, ao representar a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade pública identificada, considerando eficiência, economicidade e continuidade do serviço.

Destaca-se que a exigência de transmissão multiplataforma constitui elemento essencial da solução, garantindo a efetividade do princípio da publicidade administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como o acesso à informação por diferentes segmentos da população, inclusive aqueles com limitações de acesso à internet.

Ressalta-se, ainda, que os parâmetros operacionais de quantitativos de eventos e de minutagem, quando utilizados, possuem caráter meramente referencial, destinados ao dimensionamento da solução e ao acompanhamento da execução, não constituindo unidade de contratação, nem descaracterizando o modelo de prestação contínua adotado.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente fundamentada, atendendo de forma integral às necessidades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em levantamento empírico das transmissões realizadas pela Câmara Municipal de São Vicente, considerando a série histórica disponível no canal oficial institucional, bem como a projeção das atividades legislativas futuras.

Nos termos do art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa foi acompanhada de memória de cálculo e fundamentada em dados concretos de execução, considerando a interdependência entre os diversos tipos de eventos institucionais e a necessidade de garantir economia de escala na contratação.

Adicionalmente, a estimativa encontra respaldo no Ofício nº 024-A/2026 – Gabinete da Presidência, por meio do qual o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente manifesta ciência quanto ao dimensionamento operacional proposto e autoriza expressamente a programação institucional constante no Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar, reconhecendo a relevância das medidas para o fortalecimento das atividades institucionais e do exercício do controle social.

No referido expediente, restou consignado que serão adotadas as providências necessárias para viabilizar a realização das audiências públicas, sessões e demais atividades institucionais, bem como a disponibilização de suporte estrutural adequado, o que reforça a previsibilidade e a legitimidade das quantidades estimadas.

Para fins de dimensionamento, foram considerados os seguintes parâmetros:

- a) a média histórica de duração das sessões legislativas ordinárias, apurada a partir de registros reais de transmissões;
- b) a frequência anual de realização de sessões ordinárias, conforme calendário regimental;
- c) a projeção de sessões solenes e atividades da Escola do Legislativo;
- d) a ampliação da realização de audiências públicas, em consonância com apontamentos de órgãos de controle e com a programação institucional autorizada pela Presidência;

- e) a possibilidade de convocação de sessões extraordinárias;
- f) a realização de programas institucionais e eventos complementares;
- g) a ocorrência de sessões licitatórias e demais atos administrativos com necessidade de transmissão.

A partir desses parâmetros, foi estimada a seguinte demanda anual, conforme consolidado no Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar:

7.1 Tabela de estimativa anual de transmissões (projeção das atividades legislativas futuras)

| Tipo de Evento                          | Quantidade Anual | Duração Média | Horas Anuais | Minutos Anuais |
|---|------------------|---------------|--------------|----------------|
| Sessões Ordinárias                      | 40               | 4h            | 160h         | 9.600 min      |
| Sessões Solenes e Escola do Legislativo | 60               | 2h            | 120h         | 7.200 min      |
| Audiências Públicas                     | 40               | 2h            | 80h          | 4.800 min      |
| Sessões Extraordinárias                 | 20               | 1h            | 20h          | 1.200 min      |
| Programas Institucionais                | 16               | 1h            | 16h          | 960 min        |
| Sessões Licitatórias                    | 5                | 2h            | 10h          | 600 min        |
| Total Geral                             | 181 eventos      | —             | 406h         | 24.360 min     |

Com base nesses dados, apurou-se uma carga horária anual estimada de aproximadamente 406 horas de transmissões institucionais, equivalente a cerca de 24.360 minutos anuais.

Para fins de transparência e rastreabilidade da metodologia adotada, apresenta-se o detalhamento da memória de cálculo por tipo de evento:

7.2 Tabela de memória de cálculo (projeção das atividades legislativas futuras)

| Tipo de Evento                          | Cálculo | Horas Totais | Minutos Totais |
|---|---------|--------------|----------------|
| Sessões Ordinárias                      | 40 x 4h | 160h         | 9.600 min      |
| Sessões Solenes e Escola do Legislativo | 60 x 2h | 120h         | 7.200 min      |
| Audiências Públicas                     | 40 x 2h | 80h          | 4.800 min      |
| Sessões Extraordinárias                 | 20 x 1h | 20h          | 1.200 min      |
| Programas Institucionais                | 16 x 1h | 16h          | 960 min        |
| Sessões Licitatórias                    | 5 x 2h  | 10h          | 600 min        |
| Total Consolidado                       | —       | 406h         | 24.360 min     |

A memória de cálculo encontra-se detalhada no Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar, bem como em planilha técnica extraída do histórico de transmissões, que integra o processo administrativo.

Ressalta-se que as quantidades estimadas possuem caráter referencial, podendo sofrer variações em função da dinâmica legislativa, especialmente quanto à convocação de sessões extraordinárias e à realização de audiências públicas, sem prejuízo da execução contratual.

Destaca-se, ainda, que a contratação foi estruturada como serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, o que permite absorver variações de demanda sem necessidade de contratações adicionais, garantindo maior eficiência administrativa e economia de escala, em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, por fim, que os parâmetros de quantitativos e minutagem foram utilizados exclusivamente para fins de dimensionamento técnico-operacional da solução, não constituindo unidade de contratação nem critério isolado de remuneração, a qual permanece vinculada à disponibilização contínua da infraestrutura e da equipe necessária à execução dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que as quantidades estimadas encontram-se devidamente justificadas com base em dados concretos, validação institucional pela Presidência e projeção das necessidades operacionais da Câmara Municipal de São Vicente, sendo adequadas ao atendimento da demanda e ao interesse público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.852.240,20

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 18, inciso VI, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo acompanhada de memória de cálculo, parâmetros de referência e documentos que lhe dão suporte, constantes do processo administrativo.

A pesquisa de preços foi formalizada por meio de relatório técnico extraído de sistema oficial, no qual foram analisadas contratações públicas similares, bem como referências de mercado relacionadas a serviços de radiodifusão e transmissão audiovisual institucional, conforme detalhado no relatório de pesquisa de preços.



A partir da consolidação das amostras consideradas válidas, obteve-se o seguinte resultado:

8.1 Tabela de consolidação da pesquisa de preços

| Indicador Estatístico | Valor Mensal (R\$) |
|-----------------------|--------------------|
| Menor preço           | 164.400,00         |
| Média                 | 180.966,67         |
| Mediana               | 178.500,00         |
| Maior preço           | 200.000,00         |

Considerando a aplicação da mediana como critério de formação do preço, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor mensal de referência apurado foi de R\$ 178.500,00, correspondente a um valor anual estimado de R\$ 2.142.000,00.

Todavia, conforme demonstrado na Nota Técnica constante do processo, procedeu-se à análise crítica das amostras, com a desconsideração de registros que apresentavam ausência de comparabilidade técnica, inconsistências ou distorções relevantes, em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133 /2021.

Adicionalmente, foram consideradas referências complementares de mercado, incluindo:

- a) valores identificados na plataforma Compras.gov.br, na ordem de R\$ 2.065.020,00 anuais;
- b) média de contratos similares na região da Baixada Santista, no montante aproximado de R\$ 2.671.196,85 anuais.

Diante desse cenário, e considerando as especificidades da solução proposta, procedeu-se à compatibilização dos valores de referência com o dimensionamento técnico-operacional da contratação, de modo a assegurar aderência à realidade da Administração e à sua capacidade orçamentária.

Para fins de dimensionamento e validação da razoabilidade econômica da solução, foi utilizada a estimativa anual de 24.360 minutos de transmissões institucionais, resultando em parâmetro operacional equivalente a R\$ 76,03 por minuto.

Ressalta-se, contudo, que tal parâmetro possui caráter exclusivamente referencial, destinado à análise comparativa e à verificação da compatibilidade econômica da solução, não constituindo unidade de contratação nem critério de remuneração.

Tal parâmetro decorre da relação entre o valor global estimado da contratação e a carga operacional projetada, sendo utilizado como instrumento auxiliar para validação da adequação econômica da solução, especialmente diante da inexistência de objetos integralmente idênticos no mercado público.

Importante destacar que soluções dessa natureza não possuem formação de preço baseada exclusivamente em unidade de produção, uma vez que envolvem custos fixos relevantes relacionados à disponibilização contínua de infraestrutura técnica, equipamentos, sistemas e equipe especializada, o que justifica a utilização do parâmetro por minuto apenas como instrumento de análise comparativa.

A partir dessa metodologia, obteve-se a seguinte estimativa:

8.2 Tabela de memória de cálculo do valor estimado (projeção das atividades legislativas futuras)

| Parâmetro                        | Valor            |
|----------------------------------|------------------|
| Minutagem anual estimada         | 24.360 minutos   |
| Parâmetro referencial por minuto | R\$ 76,03        |
| Valor total anual estimado       | R\$ 1.852.240,20 |
| Valor mensal estimado            | R\$ 154.353,35   |

A metodologia adotada assegura aderência aos parâmetros de mercado, ao mesmo tempo em que promove a adequação do valor estimado à realidade orçamentária da Câmara Municipal de São Vicente, garantindo economicidade, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se que o valor estimado posiciona-se:

- a) inferior ao valor identificado na pesquisa realizada na plataforma Compras.gov.br;
- b) abaixo da média dos contratos regionais analisados;
- c) compatível com a complexidade técnica do objeto e com a necessidade de prestação contínua do serviço.

Ressalta-se, ainda, que toda a memória de cálculo, bem como os documentos que deram suporte à estimativa, encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo, podendo, se necessário, ser classificados quanto ao seu grau de sigilo até a conclusão da licitação, nos termos da legislação vigente.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa do valor da contratação encontra-se devidamente fundamentada, tecnicamente justificada e em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra geral nas contratações públicas é a adoção do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as contratações devem observar, sempre que possível, a divisão do objeto em parcelas.

Entretanto, o próprio dispositivo legal condiciona o parcelamento à sua viabilidade técnica e econômica, bem como à ausência de prejuízo ao conjunto da contratação, especialmente no que se refere à economia de escala e à eficiência administrativa.

No mesmo sentido, o art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, dispõe que o planejamento da contratação deve considerar o parcelamento do objeto como regra, desde que não haja prejuízo técnico ou econômico.

No caso em análise, verifica-se que o parcelamento da solução não se mostra técnica nem economicamente viável, em razão da natureza integrada e interdependente do objeto, que envolve a prestação contínua de serviços de captação, geração, transmissão, gravação e disponibilização audiovisual institucional, executados de forma simultânea e sincronizada.

A eventual divisão do objeto em parcelas distintas, como por exemplo entre captação, operação, transmissão ou infraestrutura, implicaria fragmentação da responsabilidade técnica, aumento do risco operacional, dificuldade de coordenação entre fornecedores e possibilidade de incompatibilidade entre sistemas, comprometendo a qualidade, a continuidade e a estabilidade das transmissões institucionais.

Além disso, o parcelamento resultaria em perda de economia de escala, com potencial elevação dos custos administrativos e operacionais, contrariando o princípio da economicidade previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se, ainda, que a solução exige elevado grau de integração tecnológica e operacional, com necessidade de compatibilidade entre equipamentos, sistemas e fluxos de trabalho, o que reforça a necessidade de contratação unificada, sob responsabilidade de um único fornecedor, capaz de garantir o pleno funcionamento da estrutura durante toda a execução contratual.

Adicionalmente, a contratação como solução única contribui para a simplificação da gestão contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, permitindo maior controle, fiscalização e eficiência na execução do contrato, com clara definição de responsabilidades.

Ressalta-se, ainda, que a não adoção do parcelamento encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, notadamente na Súmula nº 247, que admite a contratação por lote único quando comprovada a inviabilidade técnica ou econômica do fracionamento.

Por fim, destaca-se que a solução adotada encontra-se alinhada ao modelo de contratação por disponibilização contínua de infraestrutura e equipe especializada, o que reforça a sua indivisibilidade técnica e operacional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação deve ser realizada de forma integral, sem parcelamento, por se tratar de solução técnica indivisível, cuja fragmentação comprometeria a eficiência, a economicidade e a adequada execução do objeto, em conformidade com os arts. 11, 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Nos termos do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foram analisadas eventuais contratações que guardam relação ou interdependência com o objeto pretendido, com o objetivo de assegurar o adequado planejamento da contratação e evitar sobreposição de serviços ou lacunas operacionais.

Verificou-se a existência de contrato vigente relacionado à prestação de serviços de transmissão audiovisual institucional, atualmente em execução, responsável pela difusão das atividades da Câmara Municipal de São Vicente.

Ressalta-se, contudo, que o presente Estudo Técnico Preliminar e o futuro Termo de Referência contemplam a evolução da solução atualmente adotada, mediante a incorporação de novos requisitos técnicos e operacionais, voltados à melhoria da qualidade das transmissões, ampliação do alcance da comunicação institucional, modernização da infraestrutura, aumento da confiabilidade operacional e padronização dos serviços.

Destaca-se que a nova contratação foi planejada considerando a necessidade de transição operacional segura, de modo a evitar descontinuidade dos serviços, garantindo a continuidade das transmissões institucionais durante a substituição da solução vigente.

Nesse contexto, a contratação proposta não se configura como mera continuidade do modelo atual, mas como aprimoramento da solução existente, com foco na adequação às demandas institucionais atuais, especialmente no que se refere à transmissão multiplataforma, estabilidade técnica e capacidade de atendimento contínuo.

Ressalta-se, ainda, que a solução foi estruturada de forma autônoma e independente, não havendo sobreposição contratual, tampouco interdependência técnica que comprometa a execução do novo contrato, sendo assegurada a substituição integral da solução vigente ao término de sua vigência.

Dessa forma, conclui-se que, embora exista contratação correlata em vigor, a presente contratação possui caráter evolutivo e aprimorador, não havendo interdependência impeditiva, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e vantajosidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Câmara Municipal de São Vicente, nos termos do art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que exige a demonstração da compatibilidade da contratação com os instrumentos de planejamento do órgão.

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual, sob o item nº 01/2026 integrando o conjunto de ações estratégicas voltadas à garantia da continuidade das atividades legislativas, à ampliação da transparência institucional e ao fortalecimento do controle social.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios, devidamente consignados no Orçamento da Câmara Municipal de São Vicente, sob a dotação orçamentária nº 01.031.0035.2001.3.3.90.39.00.

As demais informações relativas à classificação orçamentária e à previsão de recursos encontram-se devidamente registradas no processo administrativo e detalhadas no Termo de Referência, assegurando a plena compatibilidade da contratação com a capacidade orçamentária e financeira da Administração.

A contratação também se alinha aos objetivos estabelecidos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à busca pela eficiência administrativa, à obtenção da proposta mais vantajosa e à adequada prestação dos serviços públicos.

Além disso, a iniciativa decorre de planejamento prévio desta Administração, considerando a necessidade de aprimoramento da solução de transmissão audiovisual atualmente utilizada, com vistas à melhoria da qualidade técnica, ampliação do alcance das transmissões e adequação às demandas institucionais contemporâneas.

Destaca-se, ainda, que a contratação está em consonância com as diretrizes institucionais voltadas ao fortalecimento da publicidade dos atos legislativos, em atendimento ao art. 37 da Constituição Federal e à Lei nº 12.527/2011, bem como às recomendações de órgãos de controle, que apontam a necessidade de maior efetividade na transparência e no acompanhamento das políticas públicas.

A formalização do presente Estudo Técnico Preliminar e a futura elaboração do Termo de Referência evidenciam a observância da fase de planejamento da contratação, conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a solução proposta esteja devidamente estruturada antes da instauração do processo licitatório.

Dessa forma, conclui-se que a contratação está plenamente alinhada ao planejamento institucional da Câmara Municipal de São Vicente, sendo medida necessária para o adequado funcionamento das atividades legislativas e para o atendimento do interesse público.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A presente contratação visa proporcionar ganhos diretos e indiretos à Administração Pública, em conformidade com os objetivos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à eficiência, economicidade e obtenção do melhor resultado para a Administração.

No aspecto da efetividade, a contratação permitirá a ampliação da transparência institucional, garantindo maior acesso da população às atividades legislativas, por meio de transmissões estáveis, contínuas e com qualidade técnica adequada, fortalecendo o controle social e a participação cidadã.

Sob a ótica da eficiência, a disponibilização de solução técnica especializada assegura a padronização das transmissões, a redução de falhas operacionais e a melhoria da execução dos serviços, conferindo maior previsibilidade administrativa e confiabilidade às atividades institucionais.

Destaca-se que a Câmara Municipal de São Vicente não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada em produção e transmissão audiovisual em padrão profissional, tampouco de infraestrutura tecnológica compatível com a complexidade do objeto.

Trata-se de serviço que exige conhecimento técnico específico, operação contínua e domínio de tecnologias próprias do setor de radiodifusão e produção audiovisual, não sendo compatível com as atribuições ordinárias dos servidores da Casa.

Além disso, a execução direta pela Administração demandaria investimentos elevados em equipamentos profissionais, manutenção, atualização tecnológica e capacitação de pessoal, o que se mostra incompatível com a realidade operacional e orçamentária do órgão.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada proporciona maior qualidade técnica das transmissões, redução significativa de riscos operacionais e maior confiabilidade na execução dos serviços, assegurando padrão compatível com a relevância institucional das atividades legislativas.

No que se refere à economicidade, a adoção de modelo de contratação por disponibilização contínua de infraestrutura técnica e equipe especializada possibilita a racionalização dos custos, com melhor aproveitamento da estrutura disponibilizada, redução de despesas com mobilizações pontuais e maior previsibilidade orçamentária, em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Em termos de eficácia, a solução proposta assegura o cumprimento dos objetivos institucionais da Câmara Municipal, especialmente no que se refere à publicidade dos atos administrativos e ao acompanhamento das políticas públicas, atendendo às exigências dos órgãos de controle.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação permite que os servidores da Câmara atuem de forma mais estratégica, concentrando-se em atividades finalísticas, enquanto a execução técnica especializada é atribuída à contratada, promovendo maior produtividade institucional.

No que se refere aos recursos materiais e tecnológicos, a solução contratada assegura a utilização de equipamentos e sistemas atualizados, sem a necessidade de investimentos diretos da Administração em aquisição, manutenção ou atualização tecnológica.

Adicionalmente, a contratação contribui para o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, ao fomentar o mercado de serviços especializados e promover a utilização de tecnologias mais eficientes, reduzindo a necessidade de aquisição de bens pela Administração.

Por fim, destaca-se que a solução proposta amplia o alcance das informações públicas ao adotar transmissão multiplataforma, permitindo que diferentes segmentos da população tenham acesso às atividades legislativas, inclusive aqueles com limitações de acesso à internet, garantindo maior inclusão informacional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação proporcionará ganhos relevantes à Administração, sob os aspectos da eficiência, economicidade, eficácia, qualidade técnica, redução de riscos operacionais e atendimento ao interesse público, mostrando-se plenamente justificável e alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, foram identificadas as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, com o objetivo de assegurar a adequada implantação e execução da solução contratada.

- a) designação formal do gestor e do fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização, controle e atesto da execução dos serviços;
- b) capacitação básica dos servidores designados para a gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto aos aspectos operacionais da prestação dos serviços de transmissão audiovisual, visando garantir o adequado acompanhamento da execução;
- c) alinhamento institucional prévio quanto à programação das sessões legislativas, audiências públicas e demais eventos institucionais, de modo a assegurar previsibilidade, organização e continuidade da execução contratual;
- d) verificação das condições físicas do plenário e dos espaços destinados à realização das transmissões, assegurando compatibilidade mínima para instalação, operação e integração dos equipamentos da contratada;
- e) organização dos fluxos internos de comunicação entre os setores envolvidos, especialmente entre as áreas administrativa, legislativa e de comunicação, garantindo tempestividade no envio de informações necessárias à execução dos serviços;
- f) disponibilização, pela Administração, de acesso às informações institucionais, pautas, agendas e demais dados necessários à correta execução das transmissões;
- g) planejamento e acompanhamento do encerramento do contrato atualmente vigente, com definição de estratégias de transição operacional, a fim de evitar descontinuidade na prestação dos serviços;
- h) realização de reunião inicial de alinhamento com a futura contratada, previamente ao início da execução, com o objetivo de estabelecer fluxos operacionais, canais de comunicação, cronograma de implantação e responsabilidades entre as partes.

Destaca-se que não há necessidade de aquisição prévia de equipamentos ou realização de obras estruturais relevantes por parte da Administração, uma vez que a solução contratada contempla a disponibilização de toda a infraestrutura técnica necessária à execução do objeto.

Da mesma forma, não se verifica a necessidade de obtenção de licenças, autorizações ou outorgas por parte da Administração, sendo tais exigências de responsabilidade exclusiva da futura contratada, conforme requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Dessa forma, as providências elencadas mostram-se suficientes para assegurar a adequada implementação da contratação, garantindo eficiência, continuidade do serviço e atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Nos termos do art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, foram avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação.

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que os impactos ambientais são de baixa relevância, uma vez que se trata de prestação de serviço técnico especializado de captação, geração e transmissão audiovisual institucional, sem envolvimento direto com atividades potencialmente poluidoras ou de significativo impacto ambiental.

Ainda assim, a execução do serviço envolve a utilização de equipamentos eletrônicos e consumo de energia elétrica, o que demanda a adoção de medidas mitigadoras compatíveis com a atividade.

Nesse contexto, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) utilização de equipamentos com maior eficiência energética, sempre que tecnicamente possível, de modo a reduzir o consumo de energia durante a operação;
- b) adoção de boas práticas operacionais que minimizem o uso desnecessário de equipamentos e recursos elétricos;
- c) correta destinação de resíduos eletrônicos eventualmente gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere à logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- d) priorização de equipamentos e tecnologias com maior durabilidade e menor necessidade de substituição, reduzindo a geração de resíduos;
- e) realização de manutenção preventiva adequada dos equipamentos, visando prolongar sua vida útil e evitar descarte prematuro.

Ressalta-se que a responsabilidade pela adequada gestão ambiental dos equipamentos e resíduos decorrentes da execução do serviço será atribuída à contratada, conforme disposições a serem estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

As medidas adotadas estão alinhadas ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a contratação ocorra de forma ambientalmente responsável.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e plenamente mitigáveis, não havendo impedimentos ambientais para a execução do objeto.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos do art. 18, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, com base nos elementos técnicos, operacionais e econômicos levantados no presente Estudo Técnico Preliminar, declara-se expressamente que a contratação pretendida é viável, adequada e necessária ao atendimento da demanda pública identificada.

A viabilidade técnica encontra-se demonstrada pela existência de soluções disponíveis no mercado capazes de atender integralmente aos requisitos definidos, conforme evidenciado no levantamento de mercado realizado, bem como pela compatibilidade da solução com a estrutura operacional da Câmara Municipal de São Vicente.

A viabilidade operacional é assegurada pela modelagem da contratação como serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipe especializada e capacidade de atendimento às demandas institucionais, inclusive em situações extraordinárias.

A viabilidade econômica resta comprovada pela estimativa de valor da contratação, fundamentada em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a qual demonstrou que o valor estimado encontra-se compatível com o mercado, inferior às referências analisadas e adequado à capacidade orçamentária da Administração.

Adicionalmente, a solução proposta apresenta maior vantajosidade em relação à execução direta pela Administração, considerando a inexistência de equipe técnica especializada no quadro funcional, a elevada complexidade do objeto e os custos envolvidos na aquisição, manutenção e atualização de equipamentos e tecnologias necessárias à sua execução.

Do ponto de vista do interesse público, a contratação mostra-se essencial para assegurar a publicidade dos atos institucionais, o acesso à informação e o fortalecimento do controle social, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal e com a Lei nº 12.527/2011.

Verifica-se, ainda, que a contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional, atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e não apresenta impedimentos técnicos, jurídicos ou ambientais à sua execução.

Dessa forma, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à realização do certame.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Considerando a ausência de equipe formal de planejamento e a atribuição da chefia, o ETP foi elaborado pelo responsável do setor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**SALLES TAVARES WANDERLEY**

Chefe de Divisão de Comunicação



*Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 16:05:54.*



## ***CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE***

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

### **MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Processo de Compras n. 132/2025

Contratação de solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual institucional, com infraestrutura permanente de captação, sonorização, geração e transmissão audiovisual das sessões legislativas e demais eventos oficiais da Câmara Municipal de São Vicente.

São Vicente, 17 de março de 2026



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

## **MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **1. OBJETIVO DA MATRIZ DE RISCOS**

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização, controle e monitoramento dos eventos que possam comprometer o sucesso da contratação, a execução do objeto e a gestão contratual, em conformidade com os arts. 44, 45 e 46 da Resolução nº 01/2024 e com a Lei nº 14.133/2021.

O presente Mapa de Gerenciamento de Riscos tem por finalidade identificar, analisar, classificar, tratar e acompanhar os principais riscos relacionados à contratação de solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual institucional da Câmara Municipal de São Vicente, abrangendo as fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato.

Para cada risco identificado, definem-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco se concretize, as ações preventivas e de contingência, bem como os responsáveis pela execução das medidas de tratamento, de modo a fortalecer a governança, assegurar a continuidade do serviço e resguardar a efetividade do princípio constitucional da publicidade dos atos legislativos.

Após a identificação e classificação, procede-se à análise qualitativa e quantitativa dos riscos, utilizando-se escalas padronizadas de probabilidade e impacto, conforme critérios adotados pela Câmara Municipal de São Vicente em seus processos administrativos.

### **2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A análise de riscos adotou metodologia quantitativa baseada na relação entre probabilidade e impacto, nos termos do art. 45 da Resolução nº 01/2024.

Para fins de padronização e operacionalização da análise, adotou-se escala simplificada de classificação, composta por três níveis (baixo, médio e alto), mantendo-se compatibilidade com os parâmetros previstos na Resolução nº 01/2024, que estabelece gradação ampliada.

A classificação dos riscos considera a seguinte equação:

$$GR = P \times I$$

Onde:

P = Probabilidade de ocorrência do risco





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

I = Impacto decorrente da materialização do risco

GR = Grau de risco

### **2.1. Descrição dos impactos:**

Baixo: danos que não comprometem o processo ou serviço, devendo ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: danos que comprometem parcialmente o processo ou serviço, resultando em atrasos ou interferindo em sua qualidade.

Alto: danos que comprometem a essência do processo ou serviço, impedindo-o de seguir seu curso ou afetando significativamente o resultado pretendido.

A classificação adotada guarda correspondência com os níveis previstos na Resolução nº 01/2024, sendo utilizada de forma simplificada para fins de análise prática e objetiva do risco.

### **2.2. Descrição da Probabilidade**

Baixo: o evento possui baixa chance de ocorrência, sendo identificado apenas em situações excepcionais ou sem histórico relevante no contexto da contratação.

Médio: o evento possui chance moderada de ocorrência, podendo se manifestar ocasionalmente durante a execução contratual, especialmente diante de variações operacionais ou condições específicas.

Alto: o evento possui elevada probabilidade de ocorrência, sendo recorrente ou com forte indicativo de que ocorrerá ao longo da execução contratual, caso não sejam adotadas medidas preventivas adequadas.

A escala adotada reflete adaptação metodológica simplificada, compatível com os níveis previstos na Resolução nº 01/2024, permitindo adequada análise dos riscos no contexto da presente contratação.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, sendo o nível de risco resultante o elemento direcionador das ações de tratamento a serem adotadas durante a fase de planejamento e de gestão contratual.

2.3. A tabela abaixo apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

| Classificação | Valor |
|---------------|-------|
|---------------|-------|



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

|       |    |
|-------|----|
| Baixo | 5  |
| Médio | 10 |
| Alto  | 15 |

O grau de risco (GR) é obtido pela multiplicação entre a probabilidade e o impacto ( $GR = P \times I$ ), sendo utilizado como critério para definição das estratégias de tratamento dos riscos identificados.

### **2.4. Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto**

|    | 5             | 10             | 15            |
|----|---------------|----------------|---------------|
| 15 | Médio<br>(75) | Alto<br>(150)  | Alto<br>(225) |
| 10 | Baixo<br>(50) | Médio<br>(100) | Alto<br>(150) |
| 5  | Baixo<br>(25) | Baixo<br>(50)  | Médio<br>(75) |

Probabilidade (P) x Impacto (I)



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

### 3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

*Legenda: P - Probabilidade; I - Impacto.*

<sup>1</sup> *A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação.*

<sup>2</sup> *Probabilidade: chance de algo acontecer, objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente.*

<sup>3</sup> *Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos pretendidos.*

<sup>4</sup> *Nível de Risco: magnitude resultante da combinação das consequências e de suas probabilidades.*

| Id | Risco   | Relacionado ao (à) <sup>1</sup> | P <sup>2</sup> | I <sup>3</sup> | Nível de Risco (P × I) <sup>4</sup> |
|----|---|---------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------------|
| 1  | Má elaboração do planejamento da contratação                                | Planejamento da contratação     | 5              | 15             | 75                                  |
| 2  | Subestimar prazos para atendimento de requisitos processuais                | Planejamento da contratação     | 10             | 15             | 150                                 |
| 3  | Definição inadequada dos requisitos técnicos e regulatórios do objeto       | Planejamento da contratação     | 5              | 15             | 75                                  |
| 4  | Ausência de licitantes aptos ou restrição excessiva à competitividade       | Seleção de fornecedor           | 10             | 15             | 150                                 |
| 5  | Contratação de emissora sem regularidade da outorga Classe Especial         | Seleção de fornecedor           | 5              | 15             | 75                                  |
| 6  | Não assinatura do contrato e/ou não início dos serviços no prazo estipulado | Gestão do contrato              | 5              | 15             | 75                                  |
| 7  | Falhas técnicas na transmissão ao vivo e nos equipamentos críticos          | Gestão do contrato              | 10             | 15             | 150                                 |



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

|    |   |                    |    |    |     |
|----|---|--------------------|----|----|-----|
| 8  | Problemas na infraestrutura da Câmara ou interrupção de energia | Gestão do contrato | 10 | 10 | 100 |
| 9  | Falta de pessoal técnico na fiscalização do contrato            | Gestão do contrato | 5  | 15 | 75  |
| 10 | Descontinuidade da prestação do serviço pela contratada         | Gestão do contrato | 10 | 15 | 150 |

### **4. ANÁLISE GLOBAL DE CRITICIDADE**

A análise consolidada dos riscos identificados no presente Mapa de Gerenciamento demonstra que a contratação apresenta predominância de riscos de natureza técnica e operacional, inerentes à execução de serviços de radiodifusão e produção audiovisual em ambiente institucional.

Os riscos classificados como de nível alto concentram-se, majoritariamente, em aspectos relacionados à continuidade da transmissão, desempenho técnico dos equipamentos e estabilidade operacional do serviço, sendo todos passíveis de mitigação por meio de medidas preventivas e planos de contingência previamente estabelecidos.

Destaca-se que tais riscos foram adequadamente alocados à contratada, em conformidade com o modelo de contratação adotado, que prevê a transferência de responsabilidades relacionadas à infraestrutura tecnológica, operação técnica, manutenção de equipamentos e conformidade regulatória junto aos órgãos competentes.

Não foram identificados riscos classificados como críticos, ou seja, aqueles que comprometam de forma integral a execução do objeto ou inviabilizem a consecução do interesse público, desde que observadas as medidas de tratamento estabelecidas.

A distribuição dos riscos, conforme classificação por grau de criticidade, apresenta-se da seguinte forma:

| <b>Faixa</b> | <b>Quantidade</b> |
|--------------|-------------------|
| Baixo        | 0                 |
| Moderado     | 8                 |
| Alto         | 4                 |
| Crítico      | 0                 |

#### **4.1. Conclusão da Análise de Criticidade**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

A análise evidencia que o nível geral de risco da contratação é controlado e compatível com a complexidade do objeto, não havendo impedimentos relevantes à sua execução.

Os riscos classificados como altos encontram-se devidamente tratados, com definição clara de ações preventivas e contingenciais, além de adequada alocação de responsabilidades, especialmente à contratada, no que se refere à operação técnica e à manutenção da infraestrutura.

Dessa forma, conclui-se que o conjunto de riscos identificados não compromete a viabilidade da contratação, estando o processo devidamente estruturado sob a ótica do gerenciamento de riscos, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução nº 01/2024.

Registra-se que a classificação adotada observa critérios de proporcionalidade e aderência à complexidade do objeto, permitindo adequada priorização das ações de tratamento e monitoramento dos riscos no âmbito da contratação.

### **5. TABELA CONSOLIDADA DE RISCOS**

#### **RISCO 1**

| Risco: Má elaboração do planejamento da contratação                               |  |  |
|---|--|--|
| Probabilidade: Baixa  |  |  |
| Impacto: Alta   |  |  |
| Dano 1: Não atingir os resultados esperados e fragilizar a instrução do processo. |  |  |
| Tratamento: Mitigar   |  |  |
| ID  | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL  |
| 1   | Consolidar tecnicamente os requisitos da contratação a partir do ETP, do Termo de Referência e dos levantamentos de mercado, com revisão pela Divisão de Comunicação e pela área de compras. | Divisão de Comunicação / Divisão de Compras e Licitações |
| 2   | Verificar compatibilidade entre objeto, justificativas, estimativa de valor e matriz de riscos antes da publicação do certame.   | Divisão de Comunicação / Secretaria competente           |



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

| ID | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA  | RESPONSÁVEL   |
|----|---|---|
| 1  | Promover saneamento processual e retificação dos documentos preparatórios antes da fase externa do certame.             | Divisão de Compras e Licitações                         |
| 2  | Caso haja comprometimento substancial da modelagem, reabrir a fase preparatória para correção integral do planejamento. | Autoridade competente / Divisão de Compras e Licitações |

### **RISCO 2**

| Risco: Subestimar prazos para atendimento de requisitos processuais                        |   |  |
|--|---|--|
| Probabilidade: Média   |   |  |
| Impacto: Alta  |   |  |
| Dano 1: Atraso na conclusão do processo licitatório e risco de descontinuidade do serviço. |   |  |
| Tratamento: Mitigar  |   |  |
| ID   | AÇÃO PREVENTIVA   | RESPONSÁVEL  |
| 1  | Estabelecer cronograma interno com acompanhamento das fases preparatória, externa e de homologação, com definição de prioridades. | Divisão de Compras e Licitações                          |
| 2  | Manter articulação prévia entre setor demandante, jurídico, compras e autoridade competente para evitar retrabalho.               | Divisão de Comunicação / Divisão de Compras e Licitações |
| ID   | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA  | RESPONSÁVEL  |
| 1  | Adotar tramitação prioritária do processo em caso de risco à continuidade do serviço público.                                     | Presidência / Divisão de Compras e Licitações            |



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

|   |   |   |
|---|---|---|
| 2 | Avaliar medidas administrativas cabíveis para preservação da continuidade da publicidade institucional. | Autoridade competente /<br>Assessoria<br>Jurídica |
|---|---|---|

### **RISCO 3**

| Risco: Definição inadequada dos requisitos técnicos e regulatórios do objeto                                     |  |   |
|--|--|---|
| Probabilidade: Baixa   |  |   |
| Impacto: Alta  |  |   |
| Dano 1: Restrição indevida da competitividade ou contratação de solução incapaz de atender ao interesse público. |  |   |
| Tratamento: Mitigar  |  |   |
| ID   | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL   |
| 1  | Descrever de forma motivada os requisitos mínimos de radiodifusão, sonorização, captação, transmissão e regularidade da outorga Classe Especial. | Divisão de Comunicação                                |
| 2  | Revisar a adequação jurídica dos requisitos para assegurar compatibilidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a realidade do mercado.                | Assessoria Jurídica / Divisão de Compras e Licitações |
| ID   | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL   |
| 1  | Promover esclarecimentos, retificações ou ajustes no instrumento convocatório, caso sejam identificadas inconsistências.                         | Divisão de Compras e Licitações                       |
| 2  | Suspender o certame para saneamento, quando necessário, resguardando a legalidade e a competitividade.   | Autoridade competente                                 |

### **RISCO 4**

|  |  |  |
|--|--|--|
| Risco: Ausência de licitantes aptos ou restrição excessiva à competitividade |  |  |
| Probabilidade: Média   |  |  |
| Impacto: Alta  |  |  |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

| Dano 1: Frustração do certame e risco de descontinuidade dos serviços. |  |  |
|--|--|--|
| Tratamento: Mitigar  |  |  |
| ID   | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL                                  |
| 1  | Realizar ampla divulgação do edital e revisar previamente as exigências de habilitação e qualificação técnica.         | Divisão de Compras e Licitações              |
| 2  | Fundamentar tecnicamente as exigências indispensáveis, evitando restrições injustificadas à competição.                | Divisão de Comunicação / Assessoria Jurídica |
| ID   | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL                                  |
| 1  | Consultar o mercado para identificar eventuais barreiras indevidas e, se necessário, republicar o certame com ajustes. | Divisão de Compras e Licitações              |
| 2  | Adotar providências administrativas para resguardar a continuidade do serviço até a conclusão do novo procedimento.    | Autoridade competente                        |

### RISCO 5

| Risco: Contratação de emissora sem regularidade da outorga Classe Especial   |   |  |
|--|---|--|
| Probabilidade: Baixa   |   |  |
| Impacto: Alta  |   |  |
| Dano 1: Impossibilidade de transmissão em TV aberta, nulidade da contratação e risco regulatório para a Administração. |   |  |
| Tratamento: Mitigar  |   |  |
| ID   | AÇÃO PREVENTIVA   | RESPONSÁVEL  |
| 1  | Exigir comprovação documental da outorga válida de radiodifusão de sons e imagens, classificada como Classe Especial, e regularidade perante ANATEL e órgãos competentes. | Divisão de Compras e Licitações / Divisão de Comunicação |





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

|    |   |   |
|----|---|---|
| 2  | Prever no contrato obrigação de manutenção da regularidade regulatória durante toda a vigência contratual.    | Assessoria Jurídica / Divisão de Compras e Licitações |
| ID | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA  | RESPONSÁVEL   |
| 1  | Notificar a contratada para regularização imediata e suspender medições em caso de irregularidade comprovada. | Gestor do contrato                                    |
| 2  | Adotar medidas de rescisão e convocação do remanescente ou novo certame, se inviável a regularização.         | Autoridade competente / Assessoria Jurídica           |

### RISCO 6

|   |  |  |
|---|--|--|
| Risco: Não assinatura do contrato e/ou não início dos serviços no prazo estipulado        |  |  |
| Probabilidade: Baixa  |  |  |
| Impacto: Alta   |  |  |
| Dano 1: Atraso no início da execução e risco de interrupção da publicidade institucional. |  |  |
| Tratamento: Mitigar   |  |  |
| ID  | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL  |
| 1   | Definir no edital e no contrato prazos claros para assinatura, implantação e início da operação, com penalidades aplicáveis. | Divisão de Compras e Licitações                      |
| 2   | Manter acompanhamento dos atos convocatórios e da fase de contratação até o efetivo início da prestação.                     | Divisão de Compras e Licitações / Gestor do contrato |
| ID  | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL  |
| 1   | Convocar remanescente, observada a ordem de classificação e a viabilidade jurídica.  | Pregoeiro / Autoridade competente / Assessoria       |



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

|   |  |                       |
|---|--|-----------------------|
|   |  | Jurídica              |
| 2 | Adotar providências emergenciais juridicamente cabíveis para preservar a continuidade do serviço, se necessário. | Autoridade competente |

### **RISCO 7**

| Risco: Falhas técnicas na transmissão ao vivo e nos equipamentos críticos   |  |                                     |
|---|--|-------------------------------------|
| Probabilidade: Média  |  |                                     |
| Impacto: Alta   |  |                                     |
| Dano 1: Comprometimento da publicidade dos atos legislativos, perda de qualidade da transmissão e interrupção do sinal. |  |                                     |
| Tratamento: Mitigar   |  |                                     |
| ID  | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL                         |
| 1   | Exigir redundância mínima, manutenção preventiva, equipamentos reserva e plano de contingência para sessões ao vivo. | Contratada                          |
| 2   | Estabelecer fiscalização técnica com atesto condicionado ao cumprimento do padrão mínimo exigido.                    | Fiscal técnico / Gestor do contrato |
| ID  | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL                         |
| 1   | Substituição imediata dos equipamentos defeituosos e restabelecimento do sinal em prazo contratualmente definido.    | Contratada                          |
| 2   | Disponibilização integral da gravação e adoção de solução alternativa temporária de transmissão, quando cabível.     | Contratada / Fiscal do contrato     |

### **RISCO 8**

|  |  |  |
|--|--|--|
| Risco: Problemas na infraestrutura da Câmara ou interrupção de energia                     |  |  |
| Probabilidade: Média   |  |  |
| Impacto: Média   |  |  |
| Dano 1: Prejuízo à instalação ou à operação regular da solução técnica durante as sessões. |  |  |
| Tratamento: Mitigar  |  |  |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

| ID | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL                                  |
|----|--|--|
| 1  | Realizar vistoria técnica prévia das condições elétricas, dos pontos de instalação e da compatibilidade da infraestrutura existente. | Divisão de Comunicação / Setor de manutenção |
| 2  | Prever uso de nobreaks e proteção elétrica compatível com os equipamentos essenciais.  | Contratada                                   |
| ID | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL                                  |
| 1  | Executar correções emergenciais de infraestrutura ou reposicionamento técnico dos equipamentos.                                      | Contratante / Contratada                     |
| 2  | Retomar a transmissão tão logo restabelecidas as condições mínimas de operação.  | Contratada                                   |

### RISCO 9

| Risco: Falta de pessoal técnico na fiscalização do contrato  |  |                                     |
|--|--|-------------------------------------|
| Probabilidade: Baixa   |  |                                     |
| Impacto: Alta  |  |                                     |
| Dano 1: Falhas na aferição dos serviços, atraso nos recebimentos e baixa efetividade do controle contratual. |  |                                     |
| Tratamento: Mitigar  |  |                                     |
| ID   | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL                         |
| 1  | Designar formalmente gestor e fiscal técnico do contrato, com atribuições claras e registro das ocorrências. | Presidência                         |
| 2  | Promover orientação e capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.              | Presidência / Secretaria competente |
| ID   | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL                         |
| 1  | Nomear substituto para o fiscal ou reforçar a equipe de acompanhamento, quando necessário.                   | Presidência                         |



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

|   |  |                    |
|---|--|--------------------|
| 2 | Revisar medições e adotar providências corretivas em caso de falhas identificadas no acompanhamento. | Gestor do contrato |
|---|--|--------------------|

### **RISCO 10**

| Risco: Descontinuidade da prestação do serviço pela contratada  |  |   |
|---|--|---|
| Probabilidade: Média  |  |   |
| Impacto: Alta   |  |   |
| Dano 1: Interrupção das transmissões legislativas, comprometimento da publicidade dos atos oficiais e dano institucional. |  |   |
| Tratamento: Mitigar   |  |   |
| ID  | AÇÃO PREVENTIVA  | RESPONSÁVEL   |
| 1   | Prever contratualmente obrigação de continuidade, penalidades, hipóteses de rescisão e mecanismos de substituição emergencial. | Assessoria Jurídica / Divisão de Compras e Licitações |
| 2   | Acompanhar de forma contínua a execução contratual e o desempenho da contratada.   | Gestor do contrato / Fiscal técnico                   |
| ID  | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA   | RESPONSÁVEL   |
| 1   | Acionar imediatamente a contratada para recomposição do serviço e execução do plano de contingência.                           | Gestor do contrato                                    |
| 2   | Adotar providências administrativas para contratação emergencial ou convocação de remanescente, se necessário.                 | Autoridade competente / Assessoria Jurídica           |

### **6. ALOCAÇÃO CONSOLIDADA DE RESPONSABILIDADES**

A alocação dos riscos foi definida com base na capacidade de cada parte em preveni-los, mitigá-los e gerenciá-los de forma mais eficiente, observando-se os princípios da eficiência, da razoabilidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A distribuição consolidada apresenta-se da seguinte forma:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

- Riscos técnicos (infraestrutura, equipamentos, transmissão e operação audiovisual) são de responsabilidade da contratada;
- Riscos regulatórios (outorga de radiodifusão e conformidade perante os órgãos competentes) são de responsabilidade da contratada;
- Riscos operacionais (execução do serviço e continuidade das transmissões) são de responsabilidade da contratada;
- Riscos administrativos (planejamento, fiscalização e gestão contratual) são de responsabilidade do contratante;
- Riscos econômicos ordinários (custos operacionais da execução) são de responsabilidade da contratada;
- Riscos econômicos extraordinários (fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis) são compartilhados entre as partes;
- Riscos decorrentes de caso fortuito ou força maior são compartilhados entre as partes.

A alocação observa a lógica de transferência dos riscos diretamente relacionados à execução técnica do objeto à contratada, preservando à Administração Pública as atribuições de gestão, fiscalização e controle do contrato.

A alocação dos riscos observa, ainda, o disposto no art. 22 da Lei nº 14.133/2021, assegurando distribuição objetiva das responsabilidades contratuais e adequada mitigação dos riscos inerentes à execução do objeto.

### **7. JUSTIFICATIVA DA ALOCAÇÃO**

A matriz de alocação de riscos foi estruturada em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto no art. 22, considerando a necessidade de definição objetiva das responsabilidades contratuais.

A distribuição adotada fundamenta-se nos seguintes critérios:

- capacidade de gestão do risco, sendo atribuídos à parte que detém melhores condições técnicas, operacionais ou administrativas para preveni-los ou mitigá-los;
- eficiência na execução contratual, considerando que a transferência dos riscos técnicos e operacionais à contratada contribui para maior qualidade na prestação dos serviços e redução de falhas na execução;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

- equilíbrio econômico-financeiro, evitando a concentração indevida de riscos em uma única parte e assegurando a manutenção das condições efetivas da proposta ao longo da execução contratual;
- objetividade e transparência, por meio da definição clara das responsabilidades, reduzindo ambiguidades, conflitos contratuais e riscos de judicialização;
- aderência às boas práticas de governança pública, alinhando-se aos modelos recomendados pelos órgãos de controle, com foco em previsibilidade, segurança jurídica e eficiência administrativa.

Destaca-se que os riscos diretamente relacionados à operação técnica da solução, incluindo infraestrutura, equipamentos, transmissão e conformidade regulatória, foram integralmente alocados à contratada, por se tratar de atividade inerente ao objeto contratado.

A modelagem adotada contribui para a redução de assimetrias contratuais, aumento da eficiência na execução do objeto e mitigação de riscos jurídicos e operacionais, em conformidade com as diretrizes dos órgãos de controle.

### **8. CONCLUSÃO TÉCNICA**

A análise consolidada do gerenciamento de riscos demonstra que os eventos identificados são controláveis, previsíveis e adequadamente tratados, com definição clara de medidas preventivas e de contingência.

Verifica-se a predominância de riscos de natureza técnica e operacional, os quais foram corretamente alocados à contratada, em razão de sua capacidade técnica e responsabilidade direta pela execução do objeto.

Não foram identificados riscos de natureza estrutural classificados como críticos, sendo os riscos de maior impacto devidamente mitigados por meio da modelagem contratual adotada.

A estrutura de alocação definida contribui para a redução da exposição jurídica da Administração Pública, para a garantia da continuidade da prestação do serviço, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, para a previsibilidade orçamentária ao longo da vigência contratual e para maior segurança na execução do objeto.

Dessa forma, conclui-se que o gerenciamento de riscos encontra-se adequadamente estruturado e compatível com a complexidade da contratação, atendendo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, da Resolução nº 01/2024 e aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

O presente Mapa de Gerenciamento de Riscos atende integralmente às diretrizes estabelecidas no Capítulo II da Resolução nº 01/2024, constituindo instrumento adequado para avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos associados à contratação.

### **9. ENCERRAMENTO**

O presente Mapa de Gerenciamento de Riscos visa fornecer visão abrangente, estruturada e sistematizada dos principais riscos identificados no âmbito do Processo de Compras nº 132/2025, relativo à contratação de solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual institucional da Câmara Municipal de São Vicente.

A adoção deste instrumento evidencia o compromisso da Administração Pública com a boa governança, a eficiência na aplicação dos recursos públicos, a continuidade do serviço e a efetividade da publicidade dos atos legislativos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Resolução nº 01/2024.

As ações preventivas e de contingência estabelecidas visam mitigar os riscos identificados, assegurando maior controle da execução contratual e a consecução dos resultados pretendidos.

Nos termos do art. 45, §8º, da Resolução nº 01/2024, o presente mapa deverá ser atualizado:

- I – ao final da elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- II – ao final da elaboração do Termo de Referência;
- III – após a fase de seleção do fornecedor;
- IV – durante a execução contratual, sempre que ocorrerem eventos relevantes.

Ressalta-se que o gerenciamento contínuo dos riscos permitirá maior previsibilidade, segurança jurídica e transparência em todas as fases da contratação, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo.

Por fim, recomenda-se o acompanhamento contínuo das medidas propostas, com especial atenção aos riscos classificados como médios e altos, assegurando a adoção tempestiva de ações corretivas e a plena consecução dos objetivos institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

### **10. PRAZO DE ELABORAÇÃO**

Considerando a complexidade técnica do objeto, bem como a necessidade de levantamento detalhado de informações relativas ao mercado de radiodifusão, estrutura tecnológica, requisitos regulatórios e definição dos parâmetros operacionais da solução, a elaboração do presente Mapa de Gerenciamento de Riscos demandou período superior ao previsto no art. 46 da Resolução nº 01/2024.

Destaca-se que parte relevante das informações necessárias à construção da matriz de riscos não se encontrava disponível em bases estruturadas, exigindo coleta manual de dados, análise comparativa de contratações similares, avaliação técnica da infraestrutura institucional e estudos específicos para definição da modelagem mais adequada ao atendimento do interesse público.

Adicionalmente, a elaboração do presente instrumento foi conduzida pelo setor demandante, em especial pela Divisão de Comunicação, que, paralelamente, mantém a execução regular de suas atribuições institucionais ordinárias, o que impacta diretamente na disponibilidade operacional para atividades de planejamento aprofundado.

Ressalta-se, contudo, que o eventual decurso de prazo não compromete a validade, a consistência técnica ou a finalidade do presente Mapa de Gerenciamento de Riscos, tendo sido assegurada a integral observância dos princípios da eficiência, do planejamento, da motivação e da supremacia do interesse público.

A extensão do prazo, neste contexto, mostra-se justificada pela necessidade de adequada instrução técnica da fase preparatória, visando à redução de riscos, à melhoria da qualidade da contratação e à garantia da solução mais vantajosa para a Administração Pública.

---

**Salles Tavares Wanderley**

Chefe de Divisão de Comunicação



**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

(Processo Administrativo de Compras nº 10/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, E  
.....

A Câmara Municipal de São Vicente, com sede no(a) Rua Jacob Emmerich, 1.195, na cidade de São Vicente/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 49.956.600/0001-17, neste ato representado(a) pelo(a) Presidente Wagner Santos Pinheiro, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. \*\*/26., autorizado por ..... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a *Contratação de empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com outorga válida em Classe Especial, para a prestação de serviços técnicos especializados de captação, geração, transmissão, gravação, pós-produção, edição e disponibilização audiovisual dos eventos legislativos e institucionais da Câmara Municipal de São Vicente* nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO             | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL      |
|------|---------------------------|--------|-------------------|-----|----------------|------------------|
| 1    | Radiodifusão som e imagem | 20923  | Serviço Mensal    | 12  | R\$ 154.353,35 | R\$ 1.852.240,20 |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta vencedora, apresentada pelo contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de *empreitada por preço global*

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*

2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*

*Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin ).*

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.1.1. Considerando a natureza institucional das transmissões legislativas, a contratada deverá manter disponibilidade técnica compatível com a realização das sessões legislativas ordinárias e com eventuais convocações para audiências públicas, sessões extraordinárias, sessões solenes ou demais eventos oficiais que demandem transmissão audiovisual.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Preposto

3.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado

3.6. Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto a realização das sessões legislativas, audiências públicas e eventos oficiais que envolvam transmissão, devendo estar presencialmente no local da execução sempre que houver operação técnica.

3.6.1. Fora dos horários de sessão, o preposto deverá manter disponibilidade remota permanente para atendimento às demandas da Contratante.

3.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

3.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

3.9. A reunião será realizada no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da Administração, com a finalidade de alinhamento operacional e definição dos fluxos de execução e fiscalização contratual.

3.10. A pauta desta reunião observará, no mínimo:

3.10.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

3.10.2 .Apresentação dos documentos de designação do preposto e demais documentos operacionais necessários à execução do contrato.

3.10.3 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

3.10.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contratual e atuar como interlocutor principal junto à Contratante;

3.10.5 Apresentação dos documentos que comprovem a capacidade técnica e operacional da contratada, quando aplicável, conforme exigido no Termo de Referência.

### **Rotinas de Fiscalização**

3.11. A gestão e fiscalização do contrato observarão o princípio da segregação de funções, com designação de gestor do contrato, fiscal técnico e fiscal administrativo, nos termos da legislação vigente, evitando a concentração de atribuições e garantindo maior controle e transparência na execução contratual.

3.11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, que registrará(ão) todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

3.11.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### **Fiscalização Técnica**

3.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

3.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 3.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 3.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 3.18.1. Verificar previamente à realização dos eventos legislativos a regularidade do funcionamento dos equipamentos de áudio, vídeo e transmissão, incluindo testes de captação, mixagem, gravação e envio do sinal às plataformas de veiculação;
  - 3.18.2. Acompanhar em tempo real a qualidade da transmissão, observando estabilidade do sinal, sincronização de áudio e vídeo, ausência de interrupções injustificadas e conformidade com os padrões técnicos exigidos, esse acompanhamento de dará através de 1 (uma) TV fornecida pela Contratada para tal fim; e
  - 3.18.3. Verificar a gravação integral das sessões, o correto arquivamento digital do conteúdo e a disponibilização pública do material no prazo estabelecido no Termo de Referência.
- 3.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

- 3.20. O Cabe ao fiscal administrativo do contrato:
- 3.20.1. Acompanhar a execução contratual quanto aos aspectos administrativos, financeiros e documentais, verificando o cumprimento das obrigações legais e contratuais por parte da contratada;
  - 3.20.2. Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, especialmente para fins de liquidação da despesa e pagamento, conforme exigido na Lei nº 14.133/2021;
  - 3.20.3. Conferir a documentação apresentada para pagamento, incluindo notas fiscais, relatórios de execução e demais documentos exigidos contratualmente;
  - 3.20.4. Controlar os prazos contratuais, incluindo vigência, prorrogações, reajustes e demais eventos administrativos relacionados à execução do contrato;
  - 3.20.5. Registrar em sistema próprio ou nos autos do processo todas as ocorrências administrativas relevantes, garantindo a rastreabilidade das informações;
  - 3.20.6. Comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades, inconsistências documentais ou descumprimentos contratuais identificados;
  - 3.20.7. Auxiliar na instrução processual para aplicação de sanções administrativas, quando necessário, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
  - 3.20.8. Zelar pela correta instrução dos processos de pagamento, assegurando que a despesa esteja devidamente atestada e em conformidade com a execução do objeto;

3.20.9. Atuar de forma integrada com o gestor e com o fiscal técnico, contribuindo para a adequada fiscalização e gestão do contrato.

3.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

3.22.1. Conferir mensalmente a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada antes da liberação de pagamentos.

3.22.2. Verificar a validade e suficiência da garantia contratual, inclusive em casos de prorrogação ou reajuste; e

3.22.3. Controlar eventuais ocorrências que ensejem aplicação de multas, glosas ou demais penalidades previstas contratualmente.

3.23. A fiscalização contratual deverá observar, de forma integrada e contínua, as medidas de mitigação e controle estabelecidas na Matriz de Gerenciamento de Riscos do processo administrativo, vinculando cada risco identificado às respectivas ações preventivas, mecanismos de monitoramento e medidas de contingência previstas.

3.23.1. A ocorrência de eventos de risco deverá ser registrada formalmente pela fiscalização, com indicação do impacto na execução contratual e das providências adotadas.

3.23.2. O descumprimento das medidas preventivas ou a materialização de riscos não mitigados poderá ensejar a aplicação de glosas, penalidades contratuais ou outras medidas administrativas cabíveis, conforme gravidade e impacto na prestação do serviço.

3.23.3. Considera-se risco crítico da contratação a descontinuidade da transmissão das sessões legislativas, caracterizada por interrupção total ou parcial injustificada da operação durante eventos institucionais.

3.23.4. A ocorrência desse risco ensejará atuação imediata da fiscalização contratual, com registro formal do evento, aplicação dos mecanismos de medição de desempenho e, quando cabível, aplicação de glosas, penalidades contratuais ou outras medidas administrativas previstas.

3.23.5. A contratada deverá adotar medidas preventivas específicas para mitigação do risco de descontinuidade, incluindo redundância operacional, plano de contingência e suporte técnico imediato durante as sessões. Gestor do Contrato

#### **Gestor do Contrato**

3.24. Cabe ao gestor do contrato:

3.24.1. Coordenar a execução contratual, assegurando o cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e no edital, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

3.24.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, consolidando as informações relativas à execução contratual, incluindo ordens de serviço, ocorrências, ajustes, prorrogações e demais atos administrativos;

3.24.3. Promover a adequada instrução processual quanto à execução do contrato, garantindo a organização dos documentos e registros necessários ao acompanhamento e à fiscalização;

3.24.4. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual, especialmente para fins de liquidação da despesa e pagamento;

3.24.5. Adotar providências para a formalização de processos administrativos de responsabilização, quando identificadas irregularidades ou descumprimento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.24.6. Elaborar relatório final de execução contratual, contendo a avaliação dos resultados alcançados, o cumprimento dos objetivos da contratação e eventuais recomendações para aprimoramento das futuras contratações;

3.24.7. Encaminhar à unidade competente a documentação necessária para liquidação e pagamento, atestando a regular execução do objeto com base nas informações fornecidas pela fiscalização;

3.24.8. Atuar de forma integrada com os fiscais do contrato, promovendo o alinhamento das atividades de gestão, fiscalização técnica e fiscalização administrativa;

3.24.9. Adotar medidas para garantir a continuidade da prestação do serviço, especialmente em situações que envolvam riscos à execução contratual, conforme matriz de riscos constante do processo administrativo.

3.25. Receber e dar encaminhamento imediato:

3.25.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

3.25.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *É vedada a subcontratação integral e completa do objeto contratual, bem como da parcela principal correspondente à coordenação, operação técnica e responsabilidade pela captação e produção audiovisual dos eventos legislativos.*

4.2. *Poderá ser admitida a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, tais como apoio logístico, fornecimento pontual de equipamentos ou serviços auxiliares, desde que:*

4.2.1. *Não comprometa a unidade e a integração da solução;*

4.2.2. *Seja previamente autorizada pela Contratante;*

4.2.3. *Não implique transferência da responsabilidade técnica e contratual; e*

4.2.4. *O subcontratado atenda às condições de regularidade fiscal e trabalhista.*

4.3. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*

4.3.1. *Fornecimento eventual ou locação pontual de equipamentos complementares, desde que não componham a infraestrutura principal de captação e transmissão dos eventos legislativos;*

4.3.2. *Serviços auxiliares de apoio logístico, transporte e montagem técnica eventual para eventos extraordinários fora do plenário;*

4.3.3. *Serviços especializados acessórios, tais como manutenção específica de equipamentos ou suporte técnico pontual, quando não comprometerem a coordenação, a operação técnica e a responsabilidade integral da Contratada;*

4.4. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.5. *A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*

4.6. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ **1.852.240,20 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta reais e vinte centavos)***

5.2. *No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. *Forma de remuneração*

6.1.1. *A remuneração da contratada ocorrerá mediante pagamento mensal fixo correspondente à disponibilização permanente de infraestrutura técnica, equipamentos de captação audiovisual, operação de transmissão, suporte técnico especializado e demais recursos necessários à execução das transmissões institucionais da Câmara Municipal de São Vicente.*

6.1.2. *O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 154.353,35, perfazendo o valor anual estimado de R\$ 1.852.240,20.*

6.1.3. *A remuneração mensal está condicionada à efetiva disponibilização e manutenção da capacidade operacional da solução contratada, bem como ao atendimento das demandas institucionais e ao cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), especialmente quanto à continuidade, estabilidade e qualidade das transmissões*

6.1.3.1. *O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecerá indicadores objetivos de desempenho, incluindo, no mínimo:*

*I – disponibilidade da transmissão;*

*II – qualidade técnica de áudio e vídeo;*

*III – tempo de resposta a falhas;*

*IV – cumprimento das transmissões programadas;*

*V – estabilidade do sinal.*

6.1.4. *Para fins de aferição da execução contratual, será considerado como parâmetro mínimo de desempenho a realização de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) da capacidade operacional mensal estimada, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência. O percentual mínimo de execução estabelecido fundamenta-se na justificativa técnica constante do item 1.4.1 do Termo de Referência.*

6.1.4.1. O atingimento do percentual mínimo implicará o pagamento integral da parcela mensal, considerando a natureza contínua da disponibilização da infraestrutura técnica e da equipe especializada.

6.1.4.2. Na hipótese de execução inferior ao percentual mínimo, o pagamento poderá ser ajustado de forma proporcional à execução efetivamente verificada, ressalvadas as hipóteses de redução de demanda por decisão da Administração.

6.1.4.3. Nos períodos de recesso legislativo, especialmente nos meses de janeiro, julho e dezembro, a execução contratual poderá ser mantida por meio de conteúdos institucionais, reprises, programas educativos e outras produções de interesse público, assegurando a continuidade da grade e da prestação do serviço.

6.1.4.4. A utilização da minutagem e da quantidade de eventos possui caráter instrumental e referencial, sendo adotada exclusivamente para fins de aferição do nível de execução contratual, em conjunto com os demais critérios de desempenho estabelecidos no Termo de Referência

## 6.2. Parâmetro referencial de execução

6.2.1. Para fins de controle da execução contratual, considera-se como referência técnica a estimativa anual de transmissões institucionais constante no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu Anexo I.

6.2.2. Com base nessa projeção, estima-se carga média mensal aproximada de:

6.2.2.1. 2.405 minutos de transmissão institucional, com base na Tabela de Estimativa Anual, Anexo I do ETP.

| Tipo de Evento                                     | Quantidade Anual Prevista | Duração Média Estimada | Horas Anuais | Minutos Anuais |
|--|---------------------------|------------------------|--------------|----------------|
| Sessões Ordinárias                                 | 40                        | 4h                     | 160h         | 9.600 min.     |
| Sessões Solenes e Eventos da Escola do Legislativo | 60                        | 2h                     | 120h         | 7.200 min.     |
| Audiências Públicas                                | 40                        | 2h                     | 80h          | 4.800 min.     |
| Sessões Extraordinárias                            | 20                        | 1h                     | 20h          | 1.200 min.     |
| Programas Institucionais                           | 16                        | 1h                     | 16h          | 960 min.       |
| Sessões Licitatórias                               | 05                        | 2h                     | 10h          | 600 min.       |

Carga horária anual estimada.

406 horas de transmissões institucionais por ano

Equivalente aproximado.

24.360 minutos anuais de transmissões institucionais

Estimativa mensal, exceto no período de recesso parlamentar.

2.405 minutos de transmissões institucionais mensais



6.2.3. A estimativa anual apresentada evidencia a variação da demanda ao longo do exercício, considerando períodos de maior intensidade operacional e meses de menor atividade, especialmente em razão dos recessos legislativos:

6.2.3.1. A definição do percentual mínimo de execução contratual fundamenta-se na dinâmica efetiva do calendário legislativo desta Casa, conforme disciplinado em seu Regimento Interno, o qual estabelece períodos de recesso parlamentar e impacta diretamente a intensidade das atividades institucionais.

6.2.3.2. Observa-se a ocorrência de recesso parlamentar nos meses de janeiro e julho, caracterizados pela significativa redução das sessões legislativas e eventos institucionais, bem como a diminuição parcial da atividade no mês de dezembro, em razão do encerramento antecipado do exercício legislativo.

6.2.3.3. Considerando essa distribuição temporal da demanda, adotou-se a seguinte projeção de execução da capacidade operacional contratada:

- a) 9 (nove) meses de alta demanda, com execução média estimada de 95% da capacidade prevista;
- b) 2 (dois) meses de baixa demanda (recesso parlamentar), com execução média estimada de 70%;
- c) 1 (um) mês de demanda intermediária (dezembro), com execução média estimada de 80%.

6.2.3.4. A partir desses parâmetros, obteve-se média ponderada anual de execução equivalente a aproximadamente 89,6% da capacidade total estimada, refletindo o comportamento real e não linear da demanda ao longo do exercício.

6.2.3.5. Diante desse cenário, fixou-se o percentual mínimo de execução contratual em 85%, patamar deliberadamente inferior à média apurada, com o objetivo de incorporar margem técnica para variações operacionais e oscilações pontuais da demanda, sem prejuízo da adequada prestação dos serviços.

6.2.3.6. Tal critério assegura a coerência entre o planejamento global da contratação e sua aferição mensal, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a adequada remuneração pela disponibilidade da estrutura técnica e operacional e, simultaneamente, a vedação ao pagamento por serviços não efetivamente prestados, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6.2.4. Tal resultado fundamenta a adoção do percentual mínimo de execução contratual de 85%, estabelecido como parâmetro de desempenho, garantindo margem técnica para variações operacionais e assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os parâmetros de minutagem e quantidade de eventos possuem caráter referencial e operacional, sendo utilizados para o acompanhamento da execução contratual e para a aferição do cumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2.5. Os parâmetros apresentados possuem caráter referencial e operacional, sendo utilizados para o acompanhamento da execução contratual e para a aferição do cumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos, podendo influenciar a análise da execução global do contrato, nos termos dos critérios definidos neste Termo de Referência.

6.3. A execução dos serviços observará, ainda, planejamento semanal de transmissões institucionais, conforme diretrizes estabelecidas pela Presidência da Câmara Municipal de São Vicente, nos termos do Ofício nº 024-A/2026.

6.3.1. Fica estabelecida, como referência operacional, a seguinte programação semanal previamente autorizada:

- 6.3.1.1. terças-feiras, das 19h às 21h: realização de audiências públicas

6.3.1.2. quartas-feiras, das 14h às 18h: realização de sessões ordinárias;

6.3.1.3. quintas-feiras, das 19h às 21h: realização de sessões solenes;

6.3.2. Poderão, ainda, ser realizadas:

a) atividades da Escola do Legislativo às segundas-feiras, das 19h às 21h;

b) sessões solenes e eventos institucionais às sextas-feiras, das 19h às 21h;

6.3.3. O planejamento semanal ora definido constitui diretriz operacional para organização da grade de transmissão, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração, sem prejuízo da natureza contínua da prestação do serviço.

6.4. O parâmetro de execução mensal possui caráter referencial e de controle administrativo, não se constituindo como condição isolada para pagamento, considerando que o modelo de contratação se baseia na disponibilização contínua de infraestrutura técnica, operacional e tecnológica indispensável à execução do objeto.

6.5. O pagamento mensal será devido em razão da disponibilização contínua, permanente e integrada da infraestrutura técnica, equipamentos, sistemas e equipe especializada necessários à execução do objeto, caracterizando-se como custo fixo operacional indispensável à manutenção da solução.

6.5.1.1. A remuneração contratual baseia-se na disponibilização contínua da infraestrutura técnica e da equipe especializada, observados os parâmetros mínimos de desempenho e execução estabelecidos no Termo de Referência.

6.5.1.2. A variação na quantidade de eventos ou minutos transmitidos não descaracteriza a execução do objeto, desde que mantida a capacidade operacional plena da solução.

6.6. Considera-se plenamente executado o objeto contratual quando verificada, de forma conjunta: I – a disponibilização contínua da infraestrutura técnica; II – a efetiva realização das transmissões programadas; III – o atendimento aos níveis mínimos de desempenho estabelecidos; IV – o cumprimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

I – a disponibilização contínua da infraestrutura técnica;

II – a efetiva realização das transmissões programadas;

III – o atendimento aos níveis mínimos de desempenho estabelecidos;

IV – o cumprimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

6.6.1. A aferição da execução contratual não se limita à disponibilização formal da infraestrutura, devendo ser comprovada por meio da efetiva prestação dos serviços, incluindo a realização das transmissões programadas, o funcionamento contínuo da solução, a disponibilidade da equipe técnica e o atendimento aos indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

6.7. Variações na quantidade de minutos transmitidos serão analisadas no contexto da execução global do contrato, sendo consideradas, em conjunto com os demais critérios de desempenho, para fins de aferição do cumprimento do percentual mínimo de execução estabelecido, podendo ensejar ajuste proporcional do pagamento quando caracterizado desempenho inferior ao parâmetro contratual.

6.7.1. O valor referencial por minuto possui caráter exclusivamente indicativo, não vinculativo, sendo utilizado apenas como ferramenta auxiliar de controle interno, análise comparativa e eventual apuração de glosas, não caracterizando modelo de contratação por demanda ou por produção.

## 6.8. PROGRAMAÇÃO DURANTE RECESSO

6.8.1. Durante os períodos de recesso legislativo, especialmente nos meses de janeiro, julho e dezembro, a contratada deverá manter programação institucional no horário tradicionalmente destinado às sessões ordinárias, mediante transmissão de conteúdos institucionais, reprises de sessões legislativas, audiências públicas, programas educativos ou conteúdos institucionais previamente autorizados pela Câmara Municipal.

6.8.2. Essa programação tem por objetivo assegurar a continuidade da comunicação institucional, a manutenção da grade de transmissão da TV Legislativa e a preservação da transparência das atividades do Poder Legislativo.

6.9. A avaliação da execução do objeto utilizará Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante desta seção, com vistas à aferição da qualidade da prestação dos serviços e eventual aplicação de glosas no pagamento mensal.

| <b>IMR 1 – IDT - Índice de Disponibilidade da Transmissão</b> |  |
|---|--|
| Tópico  | Descrição  |
| Finalidade  | Medir a continuidade e estabilidade da transmissão audiovisual durante as sessões legislativas e eventos institucionais.   |
| Meta a cumprir  | IDT igual ou superior a 95% de disponibilidade durante cada transmissão.   |
| Instrumento de medição  | A aferição será realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, com base em:<br><br>I – Monitoramento da transmissão em tempo real;<br><br>II – Registros de logs técnicos da transmissão;<br><br>III – Relatórios de ocorrência;<br><br>IV – Verificação da gravação integral da sessão. |
| Forma de acompanhamento                                       | O indicador será apurado pelos fiscais do contrato mediante avaliação do tempo efetivo de transmissão sem interrupção em relação ao tempo total da transmissão realizada.  |
| Periodicidade   | Mensal   |
| Mecanismo de Cálculo (métrica)                                | $IDT = 100 * (\text{Tempo de transmissão sem falha} / \text{Tempo total da sessão})$   |
| Início de Vigência  | A partir da emissão da Ordem de Serviço.   |
| Faixas de ajuste no pagamento e Sanções                       | IDT $\geq$ 95%<br><br>Sem desconto.<br><br>IDT $\geq$ 90% e < 95%<br><br>Desconto de 5% sobre o valor mensal.<br><br>IDT $\geq$ 80% e < 90%<br><br>Desconto de 10% sobre o valor mensal.   |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>IDT &lt; 80%</p> <p>Desconto de 20% sobre o valor mensal, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.</p> |
|--|---|

6.9.1. O descumprimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) poderá ensejar a aplicação de glosas proporcionais no pagamento mensal, de acordo com a gravidade da ocorrência, o impacto na execução contratual e os critérios objetivos definidos no Termo de Referência e no contrato.

6.9.2. A aplicação de glosas decorrentes do Instrumento de Medição de Resultado observará os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da falha, a extensão do impacto na execução contratual e a eventual reincidência da ocorrência.

6.9.3. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) está diretamente vinculado aos riscos de descontinuidade da transmissão, falhas técnicas e degradação da qualidade do serviço, identificados na Matriz de Gerenciamento de Riscos, constituindo mecanismo de controle da continuidade operacional da solução.

6.9.4. A reincidência de falhas que impactem o índice de disponibilidade poderá caracterizar falha sistemática na execução contratual, sujeitando a contratada à aplicação de penalidades mais gravosas, inclusive rescisão contratual, nos termos da legislação aplicável.

6.9.5. A descontinuidade total ou parcial da prestação dos serviços, especialmente durante a realização de sessões legislativas, audiências públicas ou eventos institucionais, será caracterizada como falha grave, por comprometer diretamente o princípio da publicidade e a transparência dos atos legislativos.

6.9.5.1. Nesses casos, além da aplicação das glosas previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a ocorrência poderá ensejar:

I – aplicação de penalidades contratuais;

II – registro de falha grave na execução contratual;

III – possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada reincidência ou comprometimento relevante da continuidade do serviço.

6.9.5.2. A aplicação das penalidades observará a proporcionalidade, a gravidade da falha e o impacto na execução contratual.

6.10. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

6.10.1. Não produziu os resultados acordados;

6.10.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.10.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.12. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

6.12.1. A efetiva realização das transmissões das sessões legislativas, audiências públicas e eventos institucionais previstos no período de referência, conforme calendário oficial e Ordens de Serviço emitidas;

6.12.2. O desempenho aferido por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), especialmente quanto:

6.12.2.1. À disponibilidade da transmissão (IDT).

6.12.3. A manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, bem como inexistência de pendências contratuais impeditivas de pagamento.

### **Recebimento**

6.13. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.14. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.15. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.16. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.17. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.18. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal correspondente ao intervalo compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, contemplando todas as sessões legislativas, audiências públicas e eventos institucionais realizados nos respectivo período.

6.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:

6.19.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, podendo resultar na aplicação de glosas ou sanções contratuais, conforme indicadores de desempenho estabelecidos. no Termo de Referência;

6.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.26. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.26.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.26.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

6.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

6.30.1. Realização de testes técnicos antes do início de cada sessão legislativa, abrangendo verificação de captação de áudio, captação de imagem, estabilidade de conexão e funcionamento dos equipamentos de transmissão;

6.30.2. Acompanhamento da transmissão em tempo real pelo fiscal técnico, verificando:

6.30.2.1. Continuidade do sinal;

6.30.2.2. Sincronização entre áudio e vídeo;

6.30.2.3. Ausência de interrupções injustificadas; e

6.30.2.4. Qualidade mínima compatível com padrão profissional.

6.30.3. Conferência da gravação integral da sessão, integridade do arquivo digital e disponibilização pública no prazo estabelecido no Termo de Referência. .

**Liquidação**

6.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.32. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.33. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.34. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

6.35. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.36. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 6.36.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 6.36.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.37. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.38. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.39. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.40. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

6.41. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.42. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

6.43. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.44. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.45. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.45.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.46. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

6.47. Não será admitida antecipação de pagamento na presente contratação, considerando tratar-se de prestação de serviços continuados, com remuneração mensal vinculada à efetiva execução e ao resultado aferido por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

#### **Modelo de Remuneração e Critério de Execução Contratual**

6.48. A presente contratação possui natureza de prestação continuada de serviços técnicos especializados de radiodifusão institucional, não se caracterizando como aquisição de espaço publicitário ou contratação de mídia. O modelo de remuneração adotado baseia-se na disponibilização contínua de infraestrutura técnica, equipe especializada e capacidade operacional necessária à cobertura das atividades oficiais da Câmara Municipal. Assim, o pagamento mensal não está vinculado à quantidade de eventos efetivamente transmitidos, mas à manutenção permanente da estrutura técnica apta à realização das transmissões das sessões legislativas, audiências públicas, sessões solenes, sessões extraordinárias e demais eventos institucionais, garantindo previsibilidade operacional, continuidade do serviço e observância ao princípio constitucional da publicidade. A estimativa de tempo anual de transmissões utilizada como parâmetro de referência encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em seu Anexo I, validado pela Presidência através de Ofício Nº 024-A-2026, os quais apresentam a projeção anual de eventos institucionais e a simulação comparativa de custos por minutagem.

#### **Referência de execução contratual**

6.48.1. Para fins de aferição da execução contratual, será considerada como referência a estimativa anual de transmissões e eventos institucionais constante do Estudo Técnico Preliminar e de seu Anexo I, os quais apresentam a projeção de sessões legislativas, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades que demandam cobertura audiovisual.

#### **Critério mínimo de execução**

6.48.2. Considerando que o modelo de contratação baseia-se na disponibilização contínua de infraestrutura técnica, equipe especializada e capacidade operacional permanente, será considerado



plenamente atendido o objeto contratual quando a contratada executar no mínimo 85% do tempo estimado de transmissão previsto para o período mensal de referência.

#### **Pagamento integral**

6.48.3. Quando a execução mensal atingir percentual igual ou superior a 85% do tempo estimado, o pagamento mensal será realizado integralmente, tendo em vista que a estrutura técnica e operacional permanece mobilizada durante todo o período contratual.

#### **Pagamento proporcional**

6.48.4. Caso a execução mensal fique abaixo de 85% do tempo estimado de transmissão, o pagamento poderá ser redimensionado proporcionalmente ao tempo efetivamente executado, utilizando-se como parâmetro de cálculo o valor médio por minuto estimado no Estudo Técnico Preliminar.

6.48.5. Para fins de medição e pagamento, os parâmetros de minutagem e quantitativos de eventos serão utilizados como instrumentos auxiliares de acompanhamento da execução contratual, não caracterizando, por si só, o objeto como contratação por produção ou por evento, uma vez que a remuneração está fundamentada na disponibilização contínua da infraestrutura técnica e da equipe especializada necessárias à prestação dos serviços.

6.48.6. Exemplo ilustrativo de cálculo:

Considerando estimativa mensal média de 2.405 minutos de transmissão.

Execução de 2.050 minutos

$$2.050 \div 2.405 = 85,23\%$$

Pagamento integral.

Execução de 1.800 minutos

$$1.800 \div 2.405 = 74,84\%$$

Pagamento proporcional.

#### **Natureza da remuneração**

6.48.7. A remuneração mensal da contratada possui natureza global e continuada, estando vinculada à disponibilização permanente da estrutura técnica necessária à captação, produção, sonorização, transmissão televisiva e difusão digital das atividades institucionais da Câmara Municipal de São Vicente. Dessa forma, o pagamento não se vincula à realização isolada de eventos específicos, mas à manutenção da capacidade operacional contínua da solução contratada, compreendendo equipamentos, equipe técnica especializada, sistemas de transmissão, infraestrutura de áudio e vídeo e adequações técnicas necessárias à padronização do conteúdo para veiculação institucional.

6.48.8. A minutagem de transmissões prevista no Estudo Técnico Preliminar e em seu Anexo I constitui referência estimativa de execução, utilizada para fins de planejamento, dimensionamento da solução técnica e acompanhamento da execução contratual. Tal parâmetro não configura preço unitário por minuto transmitido, sendo utilizado exclusivamente como instrumento de aferição da regularidade da prestação do serviço e da efetiva disponibilização da estrutura contratada.

6.48.9. Considerando que a prestação do serviço envolve a mobilização contínua de equipe técnica especializada, sistemas de transmissão, infraestrutura de áudio e vídeo e suporte operacional permanente, a remuneração mensal visa garantir a disponibilidade da solução técnica contratada, independentemente da quantidade exata de eventos institucionais realizados em determinado mês.

6.48.10. Nos períodos em que não houver realização de sessões ordinárias, especialmente nos meses de janeiro, julho e dezembro, a estrutura contratada permanecerá mobilizada para atendimento das atividades institucionais da Câmara Municipal, incluindo transmissões de programas institucionais,

eventos especiais, sessões extraordinárias, audiências públicas ou demais conteúdos de interesse público, preservando-se, portanto, a lógica de disponibilidade contínua da solução contratada.

6.48.11. A aferição da qualidade e regularidade da prestação dos serviços será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que avaliará o desempenho técnico, a disponibilidade operacional da estrutura contratada e o atendimento às obrigações contratuais estabelecidas no Termo de Referência.

6.48.12. A remuneração mensal decorre da disponibilização permanente da solução técnica integrada, não se caracterizando como pagamento por evento ou por tempo isolado de transmissão.

6.49. O modelo de contratação adotado visa assegurar a continuidade da infraestrutura técnica necessária à transmissão das atividades legislativas, não estando condicionado exclusivamente à quantidade de eventos realizados em determinado período, tendo em vista a necessidade de manutenção permanente da estrutura técnica e operacional indispensável ao funcionamento institucional da Câmara Municipal de São Vicente.

### **Cessão de Crédito**

6.50. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

6.50.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.50.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.50.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.50.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

6.51. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/02/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal do Poder Legislativo do Município de São Vicente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.34. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Rua Jacob Emmerich 1.195, bairro Parque Bitaru, São Vicente/SP, CEP 11310-907
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.
- 9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

- 9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 9.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- 9.47. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade

de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação, com validade durante toda a execução contratual e por 90 (noventa) dias após o término de sua vigência.

11.2. O Contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades:

11.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

11.2.2. Seguro-garantia;

11.2.3. Fiança bancária;

11.2.4. Título de capitalização, nos termos da legislação vigente.

11.2.5. A Contratada deverá garantir suporte técnico presencial no Município de São Vicente sempre que solicitado, no prazo máximo de até 2 (duas) horas para ocorrências durante sessões legislativas, independentemente da localização de sua sede.

11.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:

11.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;



11.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

11.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

11.4. Caso seja a garantia em dinheiro à modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal:

11.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

11.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

11.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

11.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

11.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep;

11.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência..

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

| Id | Ocorrência   | Glosa/Sanção  |
|----|--|---|
| 1  | Não prestar esclarecimentos solicitados pela fiscalização, salvo quando envolverem indagações técnicas complexas | Multa de 2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 dias úteis. |
|    |  | Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicarse-á multa de 5 (cinco) % do valor total do Contrato.   |
| 2  | Descumprimento do indicador IAP (Índice de Atendimento no Prazo)   | IMR >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.   |
|    |  | IMR >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.   |

|   |   |  |
|---|---|--|
|   |   | IMR $\geq$ 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.  |
|   |   | IMR $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.   |
| 3 | Falha na transmissão ao vivo das sessões por culpa da contratada        | Multa de 1% do valor mensal por evento, limitada a 10% do valor mensal   |
| 4 | Interrupção superior a 30 minutos sem justificativa técnica aceita      | Multa de 2% do valor mensal por ocorrência   |
| N | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela | Advertência.<br>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2 % do valor total do Mensal. |

12.1.1. As penalidades acima previstas visam assegurar a continuidade e a qualidade das transmissões institucionais, consideradas essenciais para a publicidade dos atos legislativos e para o acesso da população às atividades do Poder Legislativo.

12.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

12.2.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

12.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução da solução integrada de radiodifusão e produção audiovisual, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

12.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções

12.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.4.4. Multa:

12.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

12.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

12.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

12.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

12.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

12.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato.

12.4.4.8. Consideram-se hipóteses específicas de inexecução parcial:

12.4.4.8.1. Falha injustificada na transmissão ao vivo das sessões;

12.4.4.8.2. Interrupção superior a 30 minutos por culpa da contratada;

12.4.4.8.3. Não reposição de profissional essencial; e

12.4.4.8.4. Não substituição de equipamento crítico no prazo máximo contratual.

12.4.5. O somatório das multas aplicadas no período mensal não poderá ultrapassar 30% do valor mensal do contrato, sob pena de caracterização de inexecução grave e possível extinção contratual.

12.5. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.6. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.2. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.9.3. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. Rescisão unilateral pela Administração

13.6. A Administração Pública pode rescindir o contrato unilateralmente, mediante autorização por escrito e fundamentação, em casos de:

13.6.1. Inadimplemento da contratada: Se a fornecedora não cumprir as obrigações contratuais, como a entrega de serviços de má qualidade, a falta de cobertura, os atrasos constantes ou a violação de outras cláusulas.

13.6.2. Subcontratação não autorizada: Quando a empresa vencedora subcontrata serviços sem a devida permissão da Administração.

13.6.3. Falência ou insolvência: Caso a contratada seja declarada falida, entre em processo de recuperação judicial ou demonstre incapacidade financeira para continuar prestando os serviços.

13.6.4. Razões de interesse público: A Administração pode extinguir o contrato se a sua manutenção se tornar inconveniente ou desvantajosa para o interesse público.

13.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11.3. Das indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal pela seguinte dotação 01.031.0001.2003.3.3.90.39.00.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em São Vicente, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

**Wagner Santos Pinheiro**

---

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2- -



**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):\*\*/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO AUDIOVISUAL INSTITUCIONAL DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, COMPREENDENDO CAPTAÇÃO, PRODUÇÃO, OPERAÇÃO TÉCNICA, GRAVAÇÃO E VEICULAÇÃO SIMULTÂNEA EM TELEVISÃO ABERTA, TELEVISÃO POR ASSINATURA E PLATAFORMAS DIGITAIS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, BEM COMO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DA INFRAESTRUTURA TÉCNICA NECESSÁRIA AO PLENO FUNCIONAMENTO DAS TRANSMISSÕES.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**São Vicente, data da última assinatura**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: WAGNER SANTOS PINHEIRO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 323.533.988-47

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: WAGNER SANTOS PINHEIRO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 323.533.988-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: WAGNER SANTOS PINHEIRO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 323.533.988-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: WAGNER SANTOS PINHEIRO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 323.533.988-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: FISCAL DO CONTRATO

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

**ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

CNPJ Nº: 49.956.600/0001-17

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \*\*/2026

DATA DA ASSINATURA: data da última assinatura

VIGÊNCIA: 12 MESES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO AUDIOVISUAL INSTITUCIONAL DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, COMPREENDENDO CAPTAÇÃO, PRODUÇÃO, OPERAÇÃO TÉCNICA, GRAVAÇÃO E VEICULAÇÃO SIMULTÂNEA EM TELEVISÃO ABERTA, TELEVISÃO POR ASSINATURA E PLATAFORMAS DIGITAIS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, BEM COMO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DA INFRAESTRUTURA TÉCNICA NECESSÁRIA AO PLENO FUNCIONAMENTO DAS TRANSMISSÕES.

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi

contemplado em suas metas;

e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**SÃO VICENTE, data de assinatura**

**RESPONSÁVEL:** Wagner Santos Pinheiro, Presidente.